



Anais da Assembléia

N.º 11

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 10 DE MARÇO DE 1977

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 10.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 1977 QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e David Federmann.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quíelse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulín, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lineu Turra, Lúcio Machado, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (49); achando-se ausentes os Senhores Deputados Accioly Neto, Del Ciel, Deni Schwartz, Lázaro Dumont e Adalberto Daros (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

SEGUNDA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 128/76, de autoria do Deputado Paulo Camargo, dando nova redação ao artigo da Lei 6258, de 23 de Dezembro de 1971 e alterando para ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE UMUARAMA, a denominação da entidade sediada nessa cidade. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.

A Presidência informa aos Srs. Deputados que as sessões extraordinárias serão realizadas às terças, quartas e quintas-feiras, no horário das 14,00 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 11.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 1977 QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quíelse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulín, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (49); achando-se ausentes os Senhores Deputados Accioly Neto, Adalberto Daros, Del Ciel, Deni Schwartz, Lázaro Dumont. (05).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

Mensagem número 01/77 Curitiba, 04 de março de 1977.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re-ratificação datado de 25/01/77, ao Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de ASTORGA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mensagem número 03/77 Curitiba, 04 de março de 1977
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re-ratificação datado de 25/01/77, ao Convênio celebrado em

29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de COLORADO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 04/77 Curitiba, 04 de março de 1977.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re-ratificação datado de 27/01/77, ao Convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de ALTO PIQUIRI, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 05/77 Curitiba, 04 de março de 1977.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo do Convênio celebrado em 29 de outubro de 1976, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de CRUZEIRO DO SUL, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 06/77 Curitiba, 04 de março de 1977.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 16 de dezembro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de TERRA ROXA, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 07/77 Curitiba, 04 de março de 1977.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 27 de dezembro de 1976, ao Convênio celebrado em 10 de fevereiro de 1976, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de SANTA FÉ, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 08/77 Curitiba, 04 de março de 1977.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 17 de Dezembro de 1976, ao Convênio celebrado em 17 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de SANTA IZABEL DO OESTE, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do trabalho.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 09/77 Curitiba, 04 de março de 1977.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re-ratificação datado de 03/12/76, ao Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de SANTA IZABEL DO IVAÍ, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

- À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 10/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 14 de dezembro de 1976, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, objetivando conjugação de esforços no sentido da execução, na área municipal de policiamento ostensivo, com vistas a alcançar maior proteção à população.

Interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

- À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 11/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re- ratificação datado de 26/01/77, ao Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de PORTO RICO, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

- À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 12/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re- ratificação datado de 27/01/77, ao Convênio celebrado em 14 de maio de 1976, entre o Governo do Estado e o município de RONDON, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

- À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 13/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re- ratificação datado de 27/01/77, ao Convênio celebrado em 14 de maio de 1976, entre o Governo do Estado e o município de

TAPEJARA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

- À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 14/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re- ratificação datado de 27/01/77, ao Convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de TUNEIRAS DO OESTE, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida a essa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

- À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 15/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re- ratificação datado de 26/01/77, ao Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de SANTA ISABEL DO IVAÍ, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

- À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 16/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re- ratificação datado de 27/01/77, ao Convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de ICARAÍMA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR - Governador do Estado

- À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem número 17/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re- ratificação datado de 26/01/77, ao Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de NOVA LONDRINA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 18/77.

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re- ratificação datado de 27/01/77, ao Convênio celebrado em 10 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de GOIOERÊ, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 19/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re- ratificação datado de 27/01/77, ao Convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 20/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re- ratificação datado de 25/01/77, ao Convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de BELA VISTA DO PARAÍSO, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida

à apreciação dessa augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 21/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re- ratificação datado de 27/01/77, ao Convênio celebrado em 13 de maio de 1976, entre o Governo do Estado e o município de UMUARAMA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 22/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re- ratificação datado de 26/01/77, ao Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 23/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re- ratificação datado de 26/01/77, ao Convênio celebrado em 29/06/76, entre o Governo do Estado e o município de PARANAÍ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 24/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re ratificação datado de 27/01/77, ao Convênio celebrado em 13 de maio de 1976, entre o Governo do Estado e o município de ALTÔNIA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado.

- À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

REQUERIMENTOS:**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário a consignação em ata dos trabalhos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido hoje, do Sr. JOAQUIM MARQUES, ocorrido em Castro, neste Estado, onde o mesmo residia.

Tal passamento consternou a sociedade daquela comuna, tendo em vista a grande estima e respeito que o extinto angariou durante a sua vida, quer pública, quer familiar.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. Osvaldo Marques, funcionário desta Casa.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1977.

(a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Em data de ontem, a sociedade curitibana e, em particular, a coletividade israelita de nosso Estado, tomou conhecimento, consternadamente, do falecimento do Sr. ISRAEL KOHANE, conhecido e proeminente comerciante de nossa Capital.

Sua ação na vida comunitária, ao longo de sua existência, foi de molde a se lhe reconhecer um caráter reto e um espírito voltado às mais sensíveis causas da cidade e do Estado.

Assim sendo, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer seja consignado na ata da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Israel Kohane, ao tempo em que solicita seja dado ciência da decisão da Casa à família enlutada e à direção do Centro Israelita do Paraná, por inteiro teor do presente.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requerem, após ouvido o douto Plenário, seja consignada a representação desta Casa no congresso em nível nacional de debates sobre a política de preços, tecnologia e de produção e entaves da comercialização de arroz, que terá início amanhã, dia 11, em Porto Alegre, vez que os Estados produtores de arroz estarão sendo representados, merecendo o parlamento do Paraná estar presente, pelo fato de nosso Estado ser um dos maiores produtores, principalmente na região Oeste-Sudoeste.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1977.

(aa) FIDELCINO TOLENTINO
ERNESTO DAL'OGGIO**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. ARIEL FERREIRA DO AMARAL E SILVA, Presidente do Tribunal de Justiça, apelo no sentido de que providências sejam tomadas para a instalação das comarcas de Altônia, Palotina, Pérola, Terra Roxa e Alto Piquiri, de vez que os prédios destinados para o forum já se encontram prontos.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1977.

(a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e aprovação de Plenário, seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, no sentido de que aquela autoridade providencie a construção de um trevo na Rodovia BR-476, no trecho próximo à cidade de Araucária.

Justifica-se o presente requerimento já que a referida estrada, que serve de ligação entre a Capital e o município de União da Vitória, com a construção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, em Araucária, teve um aumento assustador em seu trânsito, o que vem provocando inúmeros acidentes, principalmente neste setor.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1977.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A União Parlamentar Interestadual fez realizar nova reunião de seu Conselho Interparlamentar, ocorrida entre os dias 13 a 16 de janeiro próximo passado, e sediada na cidade de Maceió, belíssima Capital Alagoana.

Os trabalhos desenvolvidos e constantes da programação elaborada em conjunto com a Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas, pela U.P.I., contou, ainda, com a participação direta, e decisiva para o seu pleno êxito, do Poder Executivo Estadual.

Uma vez mais, em sintonia com as autoridades estaduais, a U.P.I., realizou trabalhos importantes visando a concretização de seus principais objetivos, entre os quais cumpre dar relevo à congregação das classes políticas. Paralelamente, mas e em conjunto com aquele órgão, a Assembléia Legislativa de Alagoas realizou um Ciclo de Estudos Políticos, do qual participaram, como conferencistas, figuras do porte de Tancredo Neves, Marco Maciel e Teotônio Vilela, representando o pensamento vivo de correntes políticas conscientes de seu papel altamente patriótico e de suas responsabilidades ante o momento político atual em que vive o Brasil.

Pois bem, como resultado desse trabalho e de tais estudos, todas as delegações deixaram Maceió convencidos de que, realmente, os ideais políticos liberais clamam pela solidariedade de todas as forças políticas, sem distinção de partido, para a implantação de um regime democrático no País, ou seja, do Estado de Direito. Ninguém contestou, também, que a melhor maneira de se combater os regimes totalitários, inclusive o comunismo, será o fortalecimento dos ideais políticos-liberais, que constituem a mais autêntica das tradições políticas de nosso povo, desde o Império, que, hoje, não podem ser confundidos com o liberalismo econômico, uma vez que a ordem econômica

a predominar no País deverá representar, na Constituição, as legítimas necessidades do Estado e aspirações de seu povo.

Em razão do exposto, o Deputado infra-assinado, com assento nesta Casa e na qualidade de Membro do Conselho Interestadual da U.P.I., ao fazer o registro de tais fatos, requer a consignação de um voto de aplauso aos Poderes Legislativo e Executivo do Estado de Alagoas, à União Parlamentar Interestadual e à Coordenadoria da Reunião, representados nas pessoas de seus ilustres titulares Deputado Guilherme Palmeira e Governador Divaldo Suruagy, Deputado Victorino James e Consultor Jurídico Luiz de Gonzaga Mendes de Barros, respectivamente.

Outrossim, pede seja transcrito nos Anais desta Casa, em seu teor completo, o texto da proposição de autoria do signatário, aprovada nessa reunião, visando a constituição de uma Comissão Especial para o estudo dos assuntos ali propostos e que dizem respeito ao funcionamento das próprias Assembléias Legislativas, no tocante ao seu relacionamento com os Tribunais de Contas e à uniformização das sessões extraordinárias previstas na Carta Magna.

Pede, afinal, que aprovado o presente, do mesmo se leve o conhecimento às personalidades supracitadas, inclusive os citados conferencistas, bem assim às demais Assembléias Legislativas do País.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1977.

(a) MUGGIATI FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do documento "Exigências Cristãs de uma Ordem Política", aprovado pela XV Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em Itaipó - São Paulo, no dia 08 de fevereiro último.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Considerando o acervo cultural, social e religioso da Igreja durante toda a história do Brasil, este documento reverte-se de uma importância tão grande, que não pode ficar fora dos Anais da Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer, encaminhamento de veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, no sentido de dotar a Delegacia Regional de Polícia de Paranaguá, de viaturas necessárias para atender as necessidades daquela delegacia.

Paranaguá, atualmente é uma cidade com aproximadamente 100 mil habitantes e, como sabe, terminal marítimo e corredor de exportação e, conseqüentemente, recebe diariamente centenas de pessoas estranhas, circunstância que obriga as autoridades policiais a manterem constante vigilância para preservar a ordem.

A Delegacia Regional de Polícia conta atualmente com uma única viatura, em precárias condições para atender toda a região do litoral, de vez que se trata de uma delegacia regional, situação que se agrava ainda mais em vista das delegacias dos outros municípios jurisdicionados, também não disporem de viaturas para atendimento dos serviços a elas afetos, conforme tivemos oportunidade de verificar, através da imprensa, quando recentemente houve um crime de morte em Guaratuba e a delegacia local não teve condições de prender o criminoso por falta de condução.

Esses e outros fatos deixam a população apreensiva quanto à sua segurança e tranqüilidade.

Assim, apelamos ao ilustre Secretário de Segurança, para que determine as medidas necessárias no sentido de dotar a Delegacia Regional de Paranaguá de, pelo menos, mais dois veículos adequados e que seria o mínimo indispensável para atendimento das atividades policiais da região.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1977.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Francisco Borsari Netto, mui digno Secretário de Educação e Cultura do Paraná, solicitando seja realizado estudos de viabilidade, no sentido de que seja criado e instalado no bairro Jardim Panorama, na cidade e comarca de Ubatã, um Grupo Escolar.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1977.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

O desenvolvimento da cidade de Ubatã, no seu espaço geofísico é acentuado, e o número de crianças em idade escolar sem o devido atendimento, está a merecer, em regime de urgência, a atenção dos órgãos públicos, principalmente as residentes no bairro Jardim Panorama.

O deslocamento dessas crianças até a escola situada no centro de Ubatã é impraticável, em face da distância e precariedade da estrada de acesso. A situação deteriora-se ainda mais em épocas chuvosas.

O apelo é eivado da mais alta significância, pelos motivos expostos e pelo fato de atender os filhos de uma população laboriosa, que estão construindo a grandeza do município de Ubatã e do Estado do Paraná.

Solicita a aprovação do presente requerimento, no que esta Casa Legislativa estará prestando um grande serviço à classe trabalhadora do progressista bairro Jardim Panorama, na cidade de Ubatã.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Renato Antônio Johnsson, digníssimo Presidente da Companhia Paranaense de Telecomunicações — TELEPAR solicitando a instalação de postos telefônicos nos distritos de Boa Vista da Aparecida e Santa Lúcia, no município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Os distritos de Boa Vista e Aparecida e Santa Lúcia, pertencente ao município de Capitão Leônidas Marques, tomaram impulso peculiar devido ao apreciável volume de indústrias e alto comércio da região, sustentado pela extração e industrialização da madeira e pela expressiva projeção agrícola, aumentando consideravelmente a sua expansão demográfica.

Todavia, a grande distância que separa esses progressistas distritos da sua sede, de onde o primeiro está a mais de 30 km de estradas acidentadas e de leito natural, sem falar da cidade de Cascavel, centro polarizador de todo o oeste, a aproximadamente 80 km, vem causando sérios problemas no âmbito da comunicação, ocasionando, muitas vezes, prejuízos de elevada monta.

Aliás, o fato de Boa Vista da Aparecida ficar separada de Capitão Leônidas Marques pelo rio Baicuru (ou Andrada), para cuja travessia é necessário o uso de uma balsa rudimentar,

justifica ainda mais esse atendimento, ao lado da ponderável razão do distrito ficar isolado, geograficamente, da sede, onde o único e primeiro meio de comunicação é rodoviário, de precário acesso.

Quanto a Santa Lúcia, localizada no ponto extremo e diametralmente oposto da divisa, padece dos mesmos problemas de comunicação.

Porém a concentração urbana de um e de outro, praticamente, se iguala à sede municipal.

Como se vê, é imperiosa a necessidade da instalação de postos telefônicos nesses distritos, objetivando acompanhá-los o desenvolvimento, o que vem sendo reiteradamente solicitada pelas respectivas populações.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 013/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica instituído o sistema de prevenção e controle da poluição do meio ambiente, na forma prevista nesta lei.

Art. 2º — Considera-se poluição do meio ambiente a presença, o lançamento ou a liberação, nas águas, no ar ou no solo, de toda e qualquer forma de matéria ou energia, com intensidade, em quantidade, de concentração ou com características em desacordo com as que forem estabelecidas em decorrência da lei, ou que tornem ou possam tornar as águas, o ar ou o solo:

- I — impróprios, nocivos ou ofensivos à saúde;
- II — inconvenientes ao bem-estar público;
- III — danosos aos materiais, à fauna e à flora;
- IV — prejudiciais à segurança, ao uso e gozo da propriedade e às atividades normais da comunidade.

Art. 3º — Fica proibido o lançamento ou liberação de poluentes nas águas, no ar ou no solo.

Parágrafo único — Considera-se poluente toda e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, causa poluição do meio ambiente de que trata o artigo anterior.

Art. 4º — A atividade fiscalizadora e repressiva, de que trata esta lei, será exercida, no que diz respeito a despejos, pelo órgão estadual de controle da poluição do meio ambiente, em todo e qualquer corpo ou curso de água situado nos limites do território do Estado, ainda que, não pertencendo ou seu domínio, não estejam sob sua jurisdição.

Parágrafo único — Para cumprimento do disposto neste artigo, o órgão estadual representará ao federal competente, sempre que a poluição tiver origem fora do território do Estado, ocasionando consequências que se façam sentir dentro de seus limites.

Art. 5º — A instalação, a construção ou a ampliação, bem como a operação ou funcionamento das fontes de poluição que foram enumeradas no regulamento desta lei, ficam sujeitas à prévia autorização do órgão estadual de controle da poluição do meio ambiente, mediante licenças de instalação e de funcionamento.

Parágrafo único — É considerada fonte de poluição qualquer atividade, sistema, processo, operação, maquinaria, equipamento ou dispositivo, nável ou não, previsto no regulamento desta lei, que cause ou possa vir a causar a emissão de poluentes.

Art. 6º — Os órgãos da Administração direta ou indireta, do Estado e dos Municípios, deverão exigir a apresentação das licenças de que trata o artigo anterior, antes de aprovarem projetos de ampliação, instalação ou construção das fontes de poluição que forem enumeradas no regulamento desta lei, ou de autorizarem a operação ou o funcionamento dessas fontes sob pena de nulidade de seus atos.

Art. 7º — Os infratores das disposições desta lei, de seu regulamento e das demais normas dela decorrentes, ficam sujei-

tos às seguintes penalidades:

I — advertência;

II — multa não inferior ao valor de 5 (cinco) salários-mínimos da região e não superior ao de 50 (cinquenta) salários-mínimos da região por dia em que persistir a infração;

III — interdição temporária ou definitiva.

Parágrafo 1º — Na aplicação das multas diárias a que se refere este artigo, serão observados os seguintes limites:

1. — de 5 (cinco) salários-mínimos da região a 15 (quinze) salários-mínimos da região, nos casos de infrações consideradas leves;

2. — de 14 (quatorze) salários-mínimos da região a 50 (cinquenta) salários-mínimos da região, no caso de infrações consideradas graves.

Parágrafo 2º — A penalidade de interdição definitiva ou temporária, implica na cassação das licenças de instalação e de funcionamento e será sempre aplicada nos casos de infrações gravíssimas.

Parágrafo 3º — O regulamento desta lei estabelecerá critérios para a classificação das infrações em leves, graves e gravíssimas.

Art. 8º — Responderá pela infração que, por qualquer modo, a cometer, concorrer para sua prática ou dela se beneficiar.

Art. 9º — Nos casos de reincidência, a multa será aplicada pelo valor correspondente ao dobro da anteriormente imposta, podendo porém, a penalidade consistir na interdição, temporária ou definitiva, a partir da terceira reincidência.

Parágrafo único — Caracteriza-se a reincidência quando o infrator cometer nova infração da mesma natureza.

Art. 10 — Da aplicação das penalidades previstas nesta lei caberá recurso à autoridade imediatamente superior, no prazo de 20 (vinte) dias contados da data do auto de infração, ouvida a autoridade recorrida, que poderá reconsiderar sua decisão.

Parágrafo único — No caso de imposição de multa, o recurso somente será processado se garantia a instância, mediante prévio recolhimento no órgão arrecadador competente, do valor da multa aplicada.

Art. 11 — O produto da arrecadação das multas decorrentes das infrações previstas nesta lei constituirá receita da SANEPAR.

Art. 12 — O débito relativo à multa aplicada nos termos do artigo 7º, não recolhido no prazo que for fixado, ficará sujeito:

I — à correção monetária do seu valor, a partir do segundo mês subsequente ao da lavratura do auto de infração e imposição da multa;

II — ao acréscimo de 1,5 por cento por mês ou fração, a partir do mês subsequente ao do vencimento do prazo fixado para o recolhimento da multa;

III — ao acréscimo de 20 por cento, quando inscrito para cobrança executiva.

Parágrafo 1º — A correção mencionada no inciso I será determinada com base nos coeficientes de atualização adotados pela Secretaria de Finanças para os débitos fiscais de qualquer natureza, vigorantes no mês em que ocorrer o pagamento do débito.

Parágrafo 2º — Os acréscimos referidos nos incisos II e III deste artigo incidirão sobre o valor do débito atualizado monetariamente, nos termos do inciso I.

Art. 13 — Fica o Poder Executivo autorizado a determinar medidas de emergência, a fim de evitar episódios críticos de poluição ambiental ou impedir sua continuidade, em casos de grave e iminente risco para vidas humanas ou recursos econômicos.

Parágrafo único — Para a execução das medidas de emer-

gência de que trata este artigo, poderão, durante o período crítico, ser reduzidas, impedidas quaisquer atividades em áreas atingidas pela ocorrência.

Art. 14 — Para garantir a execução do Sistema de Prevenção e Controle da Poluição do Meio Ambiente, previsto nesta lei, em seu regulamento e nas normas dela decorrentes, ficam assegurados aos agentes credenciados do órgão competente a entrada, a qualquer dia ou hora, e a permanência, pelo tempo que se tornar necessário, em estabelecimentos públicos ou privados.

Art. 15 — Constituirão, também, objeto do regulamento desta lei:

I — a indicação de órgão da Administração, direta ou indireta, competente para a aplicação desta lei, e a fixação de suas atribuições;

II — a determinação de normas de utilização e preservação das águas, do ar e do solo, bem como do ambiente ecológico em geral;

III — a enumeração das fontes de poluição referidas nos artigos 40 e 50 e na Disposição Transitória desta lei, o preço a ser cobrado pelo órgão competente, pela expedição das licenças e do certificado neles previstos;

IV — o procedimento administrativo a ser adotado na aplicação das penalidades previstas nesta lei.

V — os “padrões de Qualidade do Meio Ambiente”, como tais entendidos a intensidade, a concentração, a quantidade e as características de toda e qualquer forma de matéria ou energia; cuja presença, nas águas, no ar ou no solo, possa ser considerada normal;

VI — os “Padrões de Emissão”, como tais entendidos a intensidade, a concentração e as quantidades máximas de toda e qualquer forma de matéria, ou energia, cujo lançamento, ou liberação, nas águas, no ar ou no solo, seja permitido;

VII — os “Padrões de Condicionamento e Projeto”, como tais entendidas as características e as condições de lançamento, ou liberação de toda e qualquer matéria ou energia, nas águas, no ar ou no solo, bem como as características e condições de localização de utilização das fontes de poluição.

Art. 16 — Somente poderão ser concedidos financiamentos, com recursos do Tesouro do Estado, sob forma de fundos especiais ou de capital, ou de qualquer outra, com taxas e condições favorecidas pelas instituições financeiras sob controle acionário do Governo do Estado, as empresas que apresentarem o certificado a que se refere esta lei, emitido pelos órgãos estaduais de controle da poluição.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. único — As fontes de poluição que forem enumeradas em regulamento, existentes à data da vigência desta lei, ficam obrigadas a registrar-se no órgão estadual de controle da poluição do meio ambiente a ser criado e a obter licença de funcionamento, no prazo que lhes for fixado.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1977.

(a) PAULO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

O futuro da qualidade da vida estará comprometido se os homens não pararem de consumir, sem qualquer senso de sobrevivência, o que a Natureza levou milhões de anos para produzir. Se não assumir um compromisso de preservação do meio ambiente, o homem continuará aproximando-se, perigosa e insensatamente dos limites da vida ou da morte total. É nesse quadro que ora apresentamos o presente projeto de lei. Com ele ficaremos equipados com armas legais para levar adiante nossos programas de controle da poluição. Mas todo esse esforço ficará comprometido se não estiver apoiado na colaboração de cada entidade, de cada empresa, de cada pessoa. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Curvamo-nos, neste instante, quando um Deputado combativo, nosso adversário político, da estirpe do nobre Deputado Lúcio Machado, ocupa esta tribuna para brigar, para esclarecer a verdade.

Nesta oportunidade, depois de dois anos de luta, queremos dizer que estamos ao lado do nobre Deputado.

Porque, Srs. Deputados, o que se ouve “à boca pequena”, nos corredores deste Poder, é que uma Secretaria desta Assembléia gastou três vezes mais gasolina do que a Presidência, durante os meses de setembro, outubro e novembro.

Portanto, Srs. Deputados, como o nobre Deputado Lúcio Machado, queremos saber como está sendo aplicado o dinheiro do povo. Não é mais possível que continuemos calados quando se tem notícias de corrupções, quando se tem conhecimento que o dinheiro do povo está sendo mal aplicado, neste Estado.

Não estamos acusando ninguém, estamos pedindo esclarecimento, estamos procurando defender a soberania deste Poder. Mas, como já dissemos, ouve-se “à boca pequena” que dinheiro desta Assembléia foi gasto em favor de candidatos de um Secretário desta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos ficar calados quando ouvimos a oposição sadia da ARENA-2 e do MDB dizer que carros de uma Secretaria desta Casa, quatro ou cinco, à época das eleições, faziam propaganda política de determinados candidatos, gastando o dinheiro do povo, corroendo o erário desta Assembléia.

Não podemos nos calar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustre Imprensa do Paraná, não podemos nos calar quando ouvimos dizer que nomeações foram feitas, nesta Assembléia, na calada da noite.

É isso que estamos procurando esclarecer.

Neste instante, enviamos à Mesa, um requerimento, o primeiro de uma série que estamos elaborando. Porque, tivemos conhecimento que foi nomeado para o cargo de “operador de computador” desta Assembléia, um moço completamente sem qualificação.

Então, para resguardar o bom nome desta Casa, para resguardar os líderes das duas bancadas, para resguardar a honra de todos os Srs. Deputados, da ARENA e do MDB, é que estamos enviando este pedido de informações vazado nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, pedido de informações:

1 — Se o cargo de Operador de Computador foi preenchido, caso tenha existido vaga;

2 — A data do mês e ano em que foi preenchida a referida vaga;

3 — Nome e qualificação do candidato que por ventura tenha sido nomeado para o referido cargo;

4 — Data do concurso ou teste de chamamento para habilitação dos candidatos.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1977.”

Gostaria, Sr. Presidente, que nos fosse esclarecido a data do concurso para preenchimento desse cargo.

É este um dos requerimentos que estamos enviando à Mesa, pedindo informações de fatos que são comentados nesta Casa, e para que tenhamos um mínimo de respeito pelo dinheiro do povo. Porque, não é segredo que uma Secretaria gastou gasolina três vezes mais do que uma Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar a V. Exa., Sr. Deputado, que o tempo que dispu-

nha já está esgotado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Um minutinho, Sr. Presidente.

Com o sacrifício de nossa própria vida, deixamos para nossos filhos a honra e não a vergonha de sermos honestos, porque haveremos de ir para casa, se necessário for, mas quero sair desta Casa de Leis, limpo, Sr. Presidente, porque não pactuamos, porque não queremos ver conversa de boca em boca, a “boca pequena”, que nesta Assembléia houve falcatura. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Assistimos ontem, até mesmo comovidos, uma exposição tranqüila, uma exposição cheia de patriotismo, onde S. Exa., o Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel, transmitia ao povo brasileiro, as medidas tomadas em relação ao recolhimento restituível da gasolina.

E é exatamente por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e também considerando a medida de grande alcance e entendendo perfeitamente as justificativas apresentadas por S. Exa., que vimos hoje a esta tribuna, a fim de apresentar um requerimento que temos a honra de submeter à apreciação dos Srs. Parlamentares. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer depois de ouvido o Plenário, o envio de telex ao Presidente da República, nos seguintes termos:

“A Assembléia Legislativa do Paraná manifesta aplausos ao ato de Vossa Excelência que cancelou, por tempo indefinido, o recolhimento do empréstimo restituível para a compra de gasolina.

Por outro lado, os representantes do povo do Paraná, apoiam, decididamente, as medidas até então adotadas pelo Governo de Vossa Excelência, objetivando a racionalização.

Estamos certos de que o nosso povo continuará colaborando com o honrado Governo de Vossa Excelência no sentido de reduzir, ao máximo, o consumo de gasolina, possibilitando, desta forma, o equilíbrio de nossa balança comercial.

Esteja certo Vossa Excelência, que a sua importante decisão veio atender ao desejo de todo o povo brasileiro”.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

JUSTIFICATIVA:

Justificando o nosso requerimento, juntamos as declarações formuladas, ontem, por S. Exa. o Sr. Presidente da República, hoje divulgadas, segundo as quais se constata, cabalmente, que o Governo Federal está procurando, por todos os meios ao seu alcance, conduzir os negócios administrativos do País, com acerto e objetividade.

Seguem-se as declarações do Presidente Ernesto Geisel”:

AS EXPLICAÇÕES DO PRESIDENTE”

Com estas palavras o presidente Geisel anunciou aos jornalistas a decisão do governo:

“Eu pedi ao secretário de imprensa que os convocasse para vir aqui porque eu lhes desejo transmitir uma decisão do governo que eu considero de real interesse do nosso povo e da nossa gente. A fórmula que estamos adotando, hoje, não é usual, mas ela decorre da importância que eu atribuo à sua significação. Desejo, antes de mais nada, caracterizar e recordar as decisões que nós adotamos no mês de janeiro relativamente à situação econômica do País. Naquela época nós estávamos às voltas com problemas de nossa balança de pagamento.

Embora a situação tivesse melhorado sensivelmente no ano de 76 quanto a 75 e 74, subsistia ainda um grande débito comercial e a nossa dívida externa, vale enfatizar, constituída do

somatório da dívida pública com a dívida das empresas privadas, continuava a crescer, chegando a números que nos preocupavam seriamente. Por outro lado, nós tínhamos o anúncio do aumento dos preços dos derivados do petróleo, isto é, do petróleo cru, decretado pela OPEP e pelo “trust” que domina o mercado internacional do petróleo. Queríamos ainda registrar, também, um grande aumento no consumo de petróleo no País durante o ano de 76 — no conjunto, cerca de 9 por cento.

Esta decisão da OPEP de aumentar o preço do óleo cru, conjugada com a tendência de maior consumo de derivados no País tinha um reflexo grave sobre o nosso balanço de pagamento e, sobretudo, sobre o balanço comercial, que é um instrumento básico deste balanço de pagamento.

Diante desse quadro já vinha adotando no longo tempo, desde o início do meu governo, medidas para evitar que esta situação se agravasse. Achamos que se devia tomar: novas medidas de maior peso e que pudessem trazer melhores resultados neste ano de 77. Essas medidas, de um lado, se referiam propriamente ao comércio exterior, nós restringimos mais ainda as importações, sobretudo as importações de artigos supérfluos desnecessários à nossa vida, e também procuramos novas medidas para estimular as exportações.

A OPÇÃO DA RACIONALIZAÇÃO

E quanto ao petróleo, examinamos exaustivamente as diferentes soluções possíveis. Tratava-se de verificar se o Brasil devia caminhar para o racionamento ou se existiam outras fórmulas que o evitassem. Do exame de todas as soluções possíveis nós concluimos que o racionamento seria a pior delas, pela extrema dificuldade de sua aplicação, pelas injustiças que possivelmente poderiam envolver, pela corrupção que poderia gerar. E então, organizamos um elenco de medidas que nós denominamos de racionalização.

Essas medidas foram adotadas em meados de janeiro e compreendiam, em essência, no seu conjunto, medidas que visavam a racionalizar o consumo propriamente dito e outras que visavam forçar, restringir ou desestimular esse consumo. Dentre as medidas de racionalização, como os senhores devem saber, muitas visavam diminuir o consumo de óleo combustível substituindo-o pelo carvão quando possível e pela energia elétrica: diminuir o consumo de óleo diesel, também substituído pela energia elétrica; desenvolver a eletrificação rural; possivelmente também racionalizar o consumo, exigindo-se um melhor controle da regulagem de motores, evitando sobretudo nos caminhões Diesel, que os injetores fossem viciados. Também procurou-se estimular o transporte coletivo de massa; estimular o transporte solidário e assim por diante.

Outras medidas visavam desestimular o consumo. Nestas, estão, por exemplo, as que se referem ao fechamento dos postos nos fins-de-semana, o aumento do pedágio, a redução da velocidade, que tinha além do mais um outro reflexo sobre os acidentes — no Brasil eles quase que batem o recorde mundial, tanto pelo seu número como pela gravidade. Ainda dentro do desestímulo enquadrava-se a instituição do depósito restituível, que poderia incidir sobre qualquer derivado, mas que nós, inicialmente, resolvemos aplicar sobre o óleo combustível e sobre a gasolina.

Uma terceira medida, não menos importante que essas duas, foi a de uma ação psicológica para conscientizar o nosso povo, sobretudo os consumidores, da gravidade do problema e da necessidade que eles tinham de cooperar na sua solução.

O problema não é apenas um problema do governo, o problema é um problema do Brasil; é da Nação e todos devem participar. Para que esta participação se realize é preciso, antes de mais nada, que todos entendam o problema. Sintam a sua importância e a sua gravidade. Algumas dessas medidas foram aplicadas imediatamente e outras têm a sua aplicação no tempo. Por exemplo: o desenvolvimento do transporte de massa, a aqui-

sição de novos ônibus, o desenvolvimento do metrô, em São Paulo e no Rio de Janeiro, como também o depósito restituível com relação à gasolina. Este não pôde ser aplicado desde logo, por causa das medidas necessárias à sua implantação, que demandariam algum tempo. Torno a dizer que tudo isto foi concebido, foi planejado e foi decidido e posto em execução, a partir de meados de janeiro. Daí para cá, nós verificamos que no quadro nacional houve uma evolução que eu considero promissora.

O CONSUMO ESTÁ SOB CONTROLE

No que se refere à balança comercial, melhoramos sensivelmente nos dois meses de janeiro e fevereiro. Basta ver em janeiro de 76 o déficit da balança comercial: a diferença entre as nossas importações e exportações foi na ordem de 500 milhões de dólares.

Neste ano o déficit chegou no máximo a 80 milhões. Em fevereiro também o déficit será bem reduzido; talvez 50 milhões de dólares. Esses dois meses são, pelo aspecto sazonal, os dois piores meses do ano. Claro que isto resulta em grande parte dos preços do café, que melhoraram. Não foi propriamente uma melhora. Os preços subiram, em proporção fora de tudo que se podia imaginar, em consequência daquelas séries de geadas que ocorreram em 1975 no Paraná e em São Paulo.

Cresceram, também, pela valorização de outros produtos: a mamona se valorizou, o sisal se valorizou, a soja está com um bom preço, o suco de laranja também está, o cacau também. Desta maneira, de um lado o nosso balanço de pagamentos sem dúvida está, nestes dois meses que decorreram, com características ou aspectos bem favoráveis, muito melhores do que aqueles que nós prevíamos em dezembro ou começo de janeiro.

Não só as importações caíram; elas diminuíram, e as exportações aumentaram. O volume de exportações cresceu também — não foi apenas o valor do preço dos produtos em si, mas também o volume. Sobretudo, há que se destacar o grande crescimento que está se verificando na exportação de manufaturados.

De outro lado, as medidas que nós adotamos quanto ao petróleo também produziram resultados que nós consideramos bastante satisfatórios. O crescimento, por exemplo, do consumo de gasolina, no mês de janeiro, comparado com o mês de janeiro de 1976, foi de apenas 3 por cento. O consumo de óleo diesel neste mesmo período foi praticamente estacionário e no óleo combustível houve uma pequena redução. Verificamos também que os Estados e os Municípios cooperaram com o governo federal na redução do consumo dos órgãos públicos, verificamos que o tráfego nos fins-de-semana diminuíram sensivelmente.

O CAFÉ AJUDA A EQUILIBRAR BALANÇA

Isto significa que realmente fomos compreendidos nos objetivos que tínhamos e os resultados que alcançamos foram auspiciosos e corresponderam àquilo que nós esperávamos. Nos próximos meses, embora nós não tenhamos os dados definitivos em fevereiro, em março e abril, nós temos a impressão que essa redução vai continuar em função da diminuição dos pedidos de derivados feitos pelas distribuidoras.

As companhias distribuidoras dirigem os seus pedidos ao Conselho Nacional de Petróleo para o abastecimento nos próximos meses e nós verificamos que as companhias distribuidoras estão apresentando pedidos menores do que antes, inclusive redução nos pedidos formulados anteriormente, o que mostra uma tendência para reduzir o consumo.

Diante deste quadro o governo, que estava na iminência de aplicar finalmente a disposição relativa ao depósito restituível sobre a gasolina, achou que poderia adiar a aplicação desse depósito indefinidamente, uma vez que acha que o povo entendeu o problema, e está cooperando com a redução do consumo. O objetivo que nós tínhamos em vista pode ser atingido sem aplicação desta exigência do depósito.

É claro que o governo vai ficar atento ao problema e po-

derá, a qualquer momento, se assim for conveniente, se a nossa balança comercial for conveniente, se a nossa balança comercial novamente se deteriorar, ou se o consumo crescer acima dos limites razoáveis, o governo poderá aplicar a medida, que é uma medida que está em lei. Mas, face às circunstâncias atuais, o governo achou perfeitamente possível adiar indefinidamente a aplicação desse dispositivo e o faz confiante na consciência e na ação dos consumidores.

O governo confia naqueles que usam automóvel, que consomem gasolina, que consomem diesel, que consomem óleo combustível e que estão conscientes da importância do problema e têm o dever de cooperar, como já estão, e, fazendo assim, continuarão.

Muito obrigado”.

É este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o requerimento que tenho a honra de encaminhar à Mesa e ao qual espero a aprovação dos nobres Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — (Pausa). — Estando ausente, concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dando seqüência ao nosso trabalho de verificação para alcançar, objetivamente, o número de funcionários que se encontram fora do serviço e continuam lotados no Quadro de Funcionários deste Poder, hoje, apresentaremos o requerimento com a nomeação de sessenta e cinco funcionários que, segundo pesquisa efetuada por nós dentro de um sacrifício estafante, numa caminhada minada de obstáculos, conseguimos parcelar de uma quantidade equivalente a mais de cem nomes. Sessenta e cinco nomes de funcionários para submeter à indagação da Direção Executiva deste Poder.

Tivemos o cuidado de formalizar, em nosso requerimento, o pedido de sigilo com referência à nomeação desses funcionários, que deverá ser do conhecimento de V. Exa. somente, Sr. Presidente, para que se apurem os fatos e injustiças não ocorram na nomeação desses funcionários que, acreditamos, uma grande parcela, está há muito tempo fora deste Poder e recebendo os vencimentos, os seus vencimentos contidos em folha de pagamento.

O nosso requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê): . . . — (A matéria lida não foi encaminhada à Divisão de Redação).

Sigilo se faz necessário, Sr. Presidente, a fim de que injustiças não se cometam com algum funcionário deste relatório que, por ventura, esteja aqui prestando serviço e, a informação a nós chegada, não seja verdadeira.

Por isso espero de V. Exa. o deferimento deste requerimento e as providências necessárias, para que cheguemos à justiça pretendida nesta caminhada difícil da defesa da honra e do nome deste Poder.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, quinto orador inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem o País foi surpreendido com o recuo do Governo Federal, no que diz respeito à aplicação de Cr\$ 2,00 do chamado “depósito restituível”, para a aquisição de combustível, especialmente da gasolina. Nós, que já tivemos a oportunidade de nos manifestar contra a medida, em declarações que fizemos já no mês de janeiro, logo que se anunciou essa providência, vimos hoje à tribuna para dizer que, quando analisamos, ainda que superficialmente o problema, naquela ocasião, estávamos convencidos de que haveria esse recuo, que não poderia ser de outra forma, não só porque a medida con-

traria os interesses nacionais, mas especialmente, os interesses do povo, daqueles mais pobres, da empresa mais pobre, do comerciante mais pobre, que hoje não suporta mais a carga tributária, o ônus que a cada dia e a cada passo, sobre seus ombros é imposto pelo Governo.

Por este aspecto, e por outro também se tripudiava sobre a lei maior, a Constituição Federal, pois somente através dela é que pode estabelecer — ainda que se desse outro nome para esta exigência — este empréstimo compulsório restituível, porque a Constituição, eu dizia, é expressa, que só através de lei complementar, votada pelo Congresso Nacional, ou seja, pelo Senado e Câmara Federal é que se poderia impor a medida, porque também depende da análise de casos especiais, que a esses Poderes compete dizer.

Por outro lado, também poderia parecer premeditadamente, uma forma de se escapar ao controle orçamentário, porque o Governo, através de Decreto-Lei e no meu entender não se pode fazer quando o recesso do Congresso e Constitucional, apenas quando o recesso vem em decorrência de lei de exceção.

E o Congresso estava em recesso constitucional.

Então, Sr. Presidente, nós queremos dizer que na oportunidade o MDB, em todos os Estados, através de suas lideranças, manifestou-se contrário a exigência absurda ao nosso entender, porque, em nada haveria de ajudar a Nação, mas sacrificaria ainda mais o povo depauperado, eis que a indústria, o nosso comércio, estão capengando por falta de recursos financeiros. Já há algum tempo, há dois anos, aproximadamente, quando se falava em racionamento de combustível e se pretendia estabelecer como critério o uso de veículo pelo número das placas, o par e o ímpar, nós também dissemos que seria uma medida em favor do rico e contra o pobre, porque o rico pode ter dois carros com número par e ímpar, e o pobre mal pode ter um carro e pobre quando necessitasse — e hoje vemos como a mesma sugestão que fizemos produziria os efeitos desejados porque o povo, acima de tudo, é patriótico, ainda que alguns não queiram reconhecer. Sugerimos que o Governo fizesse, como agora faz, através do rádio e da televisão, uma propaganda de conscientização da necessidade de se evitar o gasto excessivo de combustível, e o povo haveria de cooperar, como está cooperando com o Governo, hoje. Entretanto, o Governo preferia gastar o dinheiro do povo em propaganda política, em propaganda de seu Governo, para luxar e dizer que estava excessivamente rico e os cofres cheios de dinheiro que o INPS estava cheio de dinheiro e que poderia atender todas as necessidades do seus associados. E, hoje, o que nós vemos é o INPS sendo chamado para pagar dívidas de hospitais? De forma, Sr. Presidente os Srs. Deputados que, para terminar eu queria dizer que me congratulo com o povo brasileiro. E esta é uma vitória do MDB que por antecipação criticou a medida; digo vitória, porque o Governo recuou em tempo, graças as nossas críticas, apesar de ter gasto quantias vultosas na confecção das cartelas que haveriam de ser vendidas ao público, através de um papel finíssimo, de alto custo, pesando todo esse material doze mil quilos, ao que temos conhecimento.

Para finalizar, eu queria dizer ainda que o nosso eminente líder, Deputado Trajano Bastos na próxima semana trará um estudo aprofundado sobre a matéria e que irá dizer a esta Casa e ao povo do Paraná como se comportou o MDB no episódio e como está aceitando a medida.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra

ao Sr. Deputado Renato Bernardi, sexto orador inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Quando assumimos a nossa cadeira no dia 2 de fevereiro, imaginávamos ocupar esta tribuna para, acima de tudo, fazer uma profissão de fé na nossa crença ideológica e traçar as diretrizes e os rumos que pretendemos impôr ao nosso mandato dois anos que nos restam, até o ano de 1979.

Entretanto, há acontecimentos, Sr. Presidente, que mudam os desejos do Deputado.

E, hoje, consternados, recebemos a notícia do falecimento, na cidade de Marialva, de um ex-ocupante de uma cadeira nesta Casa, o ex-Deputado Francisco Silveira Rocha.

E o Deputado Antônio Facci e eu, resolvemos apresentar um requerimento com o seguinte teor: (LÉ):

“Senhor Presidente.

Os Deputados Antônio Facci e Renato Bernardi usando de suas atribuições regimentais, requerem à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado FRANCISCO SILVEIRA ROCHA, ocorrido dia 7 pp., em MARIALVA, do que deverá ser dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1977.

(aa) ANTÔNIO FACCI e RENATO BERNARDI.”

E na justificativa, Sr. Presidente, que nós encaminhamos à Mesa, nós procuramos traçar um perfil humano, moral e político desta figura, que ao desaparecer do mundo dos vivos, deixa, sem dúvida alguma, o Norte do Paraná cada vez mais pobre. (LÉ):

JUSTIFICATIVA:

O ex-Deputado FRANCISCO SILVEIRA ROCHA, foi um dos pioneiros da frente desbravadora do Norte Novo, onde se instalou com uma farmácia no município de MARIALVA, atendendo necessitados de toda a vasta região pioneira que se estendia até as barrancas do rio Paraná.

Reuniu méritos tão expressivos que a comunidade Marialvense, ainda distrito, o levou a representar o povo do Paraná na Assembléia Legislativa, tendo sido Deputado Estadual no quadriênio 50-54.

Foi um dos mais combativos integrantes do trabalhismo paranaense, tendo sempre propugnado as causas dos mais humildes.

Durante seu mandato acompanhou “paripassu” a evolução da expansão municipalista de nosso Estado, tendo sido participante do processo criatório dos municípios de Marialva, Maringá, Nova Esperança, Mandaguáçu, como também de suas Comarcas.

Terminado o mandato, quando com as facilidades próprias da época, em um Estado em crescimento era usual o investimento em novas frentes pioneiras, o Deputado Francisco Silveira Rocha, numa demonstração de evidente amor à própria terra, voltou à sua família em Marialva lutando a partir daí para o engrandecimento de sua comunidade, nunca tendo se furtado a qualquer convocação de seu povo para as obras necessárias a esta promoção.

Assim, foi membro fundador do ROTARY CLUB DE MARIALVA; Fundador do CLUB DOS 30 DE MARIALVA; Fundador do GINÁSIO ESTADUAL DE MARIALVA; e de outras instituições que ainda hoje fortalecem o pujante município marialvense.

Integrado a vida de sua gente, preocupou-se com a formação de sua família e educação de seus filhos, teve ainda em vida, a satisfação de vê-los todos triunfantes na vida, cada um no setor

que a formação preconizada por seus pais lhe permitiu. Hoje, MARCO ARTHUR SALDANHA ROCHA, é professor universitário, além de perpetuar os ideais políticos de seu pai, sendo Presidente do Diretório Municipal do Movimento Democrático Brasileiro em MARIÁLVIA de Francisco Rocha, onde também é líder da bancada do MDB, Marco Aurélio Saldanha Rocha, foi uma das glórias do esporte paranaense, tendo sido considerado na época, defendendo as cores do Clube Atlético Paranaense, o melhor goleiro do Brasil.

Marco Antônio Saldanha Rocha, optando pela carreira jurídica é hoje figura consolidada nos meios sociais do Rio de Janeiro.

Efetivamente a figura do ex-Deputado Francisco Silveira Rocha, é um modelo e um exemplo para as gerações presentes e futuras, tendo enobrecido a sua MARIÁLVIA e o Paraná que ele adotou como seu Estado."

Sr. Presidente, era este o motivo que nos conduziu à tribuna no dia de hoje.

Evidentemente, Sr. Presidente, que gostaríamos de ter tido um outro motivo para estrear a nossa vida parlamentar.

Entretanto, que ao lado deste voto de pesar, a figura nobre e digna do ex-Deputado Francisco Silveira Rocha, esteja sempre a nos dar o seu exemplo, para que possamos da mesma forma que ele, erguer cada vez mais alto, o ideal de lutar pelo bem do Paraná e, acima de tudo pela nossa gente.

Muito obrigado.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência, em nome da Mesa, associa-se aos votos de profundo pesar, manifestados pelo Sr. Deputado Renato Bernardi, face ao desaparecimento do ex-Deputado paranaense, Francisco Silveira Rocha.

A Presidência tem a satisfação de comunicar a presença no Plenário, do Sr. Major Oswaldo Pereira da Costa, do vizinho Estado de São Paulo.

Com a palavra o Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, sétimo orador inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não tenho procuração para vir fazer defesa de quem quer que seja.

Mas, como membro do Poder Legislativo e como membro da Mesa Executiva desta Casa, sinto-me no dever de fazer uma defesa de uma das secretarias deste Poder Legislativo, que foi acusada recentemente, da tribuna, na palavra do Deputado Gabriel Manoel.

O ilustre Deputado Gabriel Manoel, usou da tribuna, no meu entendimento, exorbitando, e tumultuando os trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado; em um problema que o Paraná inteiro conhece e que agora não seria e não deve ser esclarecido, aquele problema da política de bairro, da política conhecida do Norte Pioneiro, onde dois ilustres Deputados do Partido Situacionista, dividem a mesma região; o ilustre parlamentar que me chama de irmão nos corredores da Casa, que me perdoe nesta hora, Deputado Gabriel Manoel: se injustiça foi feita nesta Casa, hoje uma delas foi feita.

E não seria justo que passasse em branco, sem os esclarecimentos devidos.

O partido a que pertenco e que represento, o Movimento Democrático Brasileiro, partido de minha origem e de minha filiação; partido de que defendo os programas e os Estatutos, quando estive na Primeira Secretaria da Assembléia, o Deputado Aguinaldo Pereira Lima, foi o partido que mais se serviu daquela Secretaria no atendimento democrático.

Se. V. Exa. nobre Deputado, não foi atendido naquela Secretaria, foi porque V. Exa. não bateu àquelas portas.

O SE. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Não posso permitir porque é antiregimental.

O SR. GABRIEL MANOEL — Então eu vou responder a V. Exa. depois, quando me inscrever.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Aquela Secretaria democrática que atendeu a todos; hoje foi pichada, hoje foi retalhada da tribuna, sob o título de que ela gastou mais gasolina do que a Presidência da Assembléia Legislativa do Estado.

E com muita razão, nobre Deputado, porque a Primeira Secretaria da Assembléia atendeu muito mais o povo humilde do Paraná; porque a Primeira Secretaria da Assembléia, quando se precisava de uma ambulância para ir a Apucarana, para ir a Goioerê, ela tinha e colocava à disposição dos parlamentares, quer do MDB, quer da ARENA.

A Primeira Secretaria gastou, naquela oportunidade, mais gasolina do que a Presidência; e a Primeira Secretaria atualmente, também irá gastar, porque está previsto no Orçamento que o seu gasto será maior do que o da Presidência.

V. Exa. nobre Deputado, com todo o respeito que tenho, com toda a honestidade que me sai do fundo do coração, gostaria de perguntar à Casa - se alguém, aqui dentro deste Parlamento, tem condições de falar alguma coisa da honra ilibada do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, que atire a pedra contra a pessoa deste homem.

V. Exa. afirmou categoricamente . . .

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem) Sr. Presidente.

Pediria, por favor, Sr. Presidente, esta questão de ordem, para afirmar que nós não atacamos a pessoa digna e honrada do Deputado.

O orador está misturando alhos com bugalhos.

E parece que é advogado do diabo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — V. Exa. foi interrompido e a Presidência leva em consideração e quer dizer a V. Exa. Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, que tem um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Não sou advogado do diabo.

Eu sou advogado de causas justas desta Casa, de um homem que têm três mandatos de Deputado — V. Exa. também tem de um homem que nunca visou o seu bem pessoal e todo o Paraná sabe disso.

O SR. GABRIEL MANOEL — (INTERROMPE NOVAMENTE O ORADOR E O SR. PRESIDENTE DA CASA FAZ SOAR OS TÍMPANOS).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência solicita do eminente Deputado Gabriel Manoel que respeite o Regimento Interno e que se mantenha, neste Plenário, com a dignidade de representante do povo.

Ao eminente Deputado José Domingos Scarpelini, comunico que lhe restam apenas 30 segundos para concluir.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem) — Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que verifique o relógio.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência não admite interpelação.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Peço respeito a este Deputado que está na tribuna, porque quando o nobre Deputado Gabriel Manoel usa da palavra, todos o ouvem calados.

E neste instante, peço a S. Exa. o mesmo respeito que toda a Casa tem por S. Exa., quando ocupa a tribuna.

Respeito sempre os pronunciamentos de S. Exa.

Mas, quando o nobre Deputado Gabriel Manoel usa da tribuna para atacar um Secretário, mais diretamente o Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, a quem tenho todo respeito, a quem muito prezo; nesta hora difícil que atravessa a classe política, nesta hora horrorosa que estamos atravessando, quando precisamos de uma maior abertura política, ao assumir a tribuna um Sr. Deputado para denunciar aquilo que não é verdade, aquilo que é inverídico, aquilo que não condiz com os reais acontecimentos deste Poder, não posso me calar.

Portanto, sinto-me no dever de, como homem que foi sempre bem atendido pela Primeira Secretaria, como acredito foram todos os demais Srs. Deputados, sinto-me no dever de fazer a sua defesa, em meu nome próprio, em nome da Assembleia Legislativa.

Era só Sr. Presidente.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Augusto Carneiro, oitavo orador inscrito.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com honra que, pela primeira vez, usamos desta tribuna com que tanto sonhamos, para tentar transmitir aos nossos nobres companheiros um assunto que reputamos de grande importância.

Procuramos trazer um assunto que julgamos de importância porque queremos, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, engrandecer o nome desta Casa, abordando, falando e tomando o tempo dos Srs. Deputados para assuntos que entendemos ser de importância para a comunidade que aqui representamos.

Dentro deste pensamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que regressamos da região que representamos, a micro-região de Campo Mourão, após participar de uma reunião de Prefeitos.

E nessa reunião, tivemos ciência dos anseios da grande maioria dos Prefeitos, quando foram analisados os problemas dos débitos dos municípios para com o INPS, os Prefeitos angustiados pediam a mim, como Deputado e a todos os homens públicos deste nosso País, para que se fizesse alguma coisa para tentar amenizar a angustiante situação em que se encontram os municípios do Paraná e do Brasil.

E estudando o problema, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós formulamos um requerimento.

Um requerimento que tem como súmula, sugestão de anistia de juros moratórios, multas e correção monetária sobre os débitos das Prefeituras para com o INPS, fixando um prazo para a liquidação das mesmas. (LÊ):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer ouvido a Casa, seja enviado ofício de sugestão ao Sr. Reinhold Stephanes, Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social, para que estude uma forma de conceder aos municípios anistia dos juros moratórios, multas e correção monetária, sobre os débitos dos mesmos para com o INPS; fixando — se um prazo para a devida liquidação, fato que tanto beneficiará os municípios com o Instituto Previdenciário, conforme abaixo se justifica.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1977.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

A ninguém é dado ignorar as dificuldades com que se defronta, na atualidade, o município brasileiro.

O município essa parcela menor do Estado Federal, como entidade estatal integrante do regime federativo, onde despenda como célula viva de seu organismo, e pela importância que lhe atribua própria lei maior, quer no aspecto político, quer no aspecto social, econômico e financeiro; pela relevância de seu papel dentro da mecânica do regime federativo; por se consti-

tuir numa manifestação da ordem normal, ao assegurar as comunidades menores o direito à administração própria no que concerne ao seu peculiar interesse, o que representa inegável conquista democrática; por ser o município o incentivador do sentimento de solidariedade social, que tem como resultado global a nação, como aspiração e vocação unificada de um povo; por ser o município o nascedouro de idéias e lideranças que a nação jamais poderá prescindir, sob pena de não representar o somatório de aspiração de um povo; por isso tudo, a todos cumpre advogar a causa municipalista, na certeza de que se estará na defesa, em última análise dos destinos da nação, quando se tem presente que esta é o resultado da vontade de um povo.

O Governo Federal, com propósito louvável de corrigir desequilíbrio regionais, evitar abusos, desestimular e coibir despropósitos administrativos, acabou por invadir áreas que tradicionalmente estavam colecionadas na esfera de autonomia municipal.

Diante da gravidade da situação financeira da grande maioria dos municípios brasileiros há que se buscar, desde logo as fórmulas eficazes para aliviar as justificadas inquietações dos governantes municipais.

Todos os municípios se debatem hoje com os débitos que tem para com o Instituto Nacional de Previdência Social.

Não raras vezes administrações pretéritas, por carência de pessoal, de orientação adequada ou de meios, ignoram por completo as obrigações para com a Previdência Social.

Tais débitos, uma vez parcelados, graças a incidência de verbas que concorrem com o principal, avolumam-se de tal modo, que os municípios se ressentem de meios para liquidá-los.

E não o fazendo, agiganta-se cada vez mais o total a ser lido.

Não se pode ignorar obviamente os propósitos e as metas que norteiam a Previdência Social, a relevância de seu papel ante a comunidade nacional.

A extraordinária e louvável melhoria ocorrida (no atendimento ao público e promovida nos últimos anos, com o que se tem beneficiado milhões de brasileiros, ninguém jamais poderá negar, sob pena de faltar com a verdade.

Um pacote de medidas do maior alcance e significado social, tornaram-se realidade graças ao Instituto Nacional de Previdência Social.

Não se pode ignorar, também, que para que isso seja uma realidade constante e que a cada passo adquira novas dimensões, todos devem contribuir, inclusive os entes municipais.

Todavia, há que se ter presente por outro lado, a significação do município para a comunidade que engloba.

Com a União e os Estados, se destinam a realização de serviço público e pela relevância de seu papel dentro do Estado Federal, estão a merecer, diante da angustiante situação por que atravessam, um tratamento diferencial.

A fim de possibilitar aos municípios a liquidação dos débitos com a Previdência Social, sem maiores sacrifícios de suas irrenunciáveis atribuições e responsabilidades junto à comunidade, poderia o INOS relevar os juros moratórios e multas que incidem sobre o calor do débito, e, também a correção monetária, responsável maior pelo agigantamento das quantias à previdência social.

Mesmo que para isso, mister se faça recorrer a contribuição jamais negada do legislador Federal, profundo conhecedor da realidade municipal, a fim de através de lei formal, possibilitar o afastamento de incidência da correção monetária sobre os débitos das Prefeituras com o INPS.

Fixando-se um prazo para liquidação dos débitos pendentes sem a incidência de multas, juros e correção, as prefeituras teriam um valioso estímulo para, num esforço redobrado, recolherem as quantias devidas à previdência; visto que, os seus funcionários já vem recebendo o devido atendimento previdenci-

ário.

Sem isso, os débitos continuarão a crescer assustadoramente, graças ao Poder multiplicador da correção monetária, a ponto de criar um impasse, quando as Prefeituras não terão, realmente condição alguma de liquidá-los.

E então, se criará um problema quase insolúvel; e antes que se agrave desta forma é necessário uma medida de imediata solução; que ao nosso entender esta sugestão não só beneficiará os municípios, mas também o próprio INPS, pois lhe assegura a curto prazo, uma arrecadação em grande monta e conseqüentemente uma contribuição normal dos municípios para com o Instituto".

Era o que tínhamos a dizer.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima.

O SR. AGUINALDO PEREIRA LIMA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há pucos instantes fui atacado por um Colega que também já ocupou a Primeira Secretaria desta Casa.

É claro que não vou descer no seu terreno; mas, acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e, tenho todos como testemunhas vivas e sãs da minha pessoa que a Primeira Secretaria nunca teve portas fechadas; sempre teve as portas abertas a todos os Parlamentares, indistintamente, porque todos eles para cá vieram com o voto do povo.

Sou ARENA, nunca neguei a ninguém; sou ARENA antes que ela existisse e, os meus colegas da ARENA e os meus colegas do MDB, sabem disso, nunca neguei a eles.

Não tive oportunidade de fazer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um levantamento ou cotejo entre a Primeira Secretaria e a Presidência; mas ocorre que, e os Srs. Deputados são as minhas testemunhas, durante um ano e meio, eu usei o meu carro particular; depois de 6 meses é que eu passei a usar o carro da Primeira Secretaria.

Porém, a todos que a mim procuraram, meus colegas, nunca foi negado o carro, para este ou aquele Deputado, quer seja da ARENA, quer seja do MDB e, também, ambulância.

E eu não preciso confirmar isto.

Os meus colegas, da ARENA e do MDB, são as minhas testemunhas.

E, mais ainda, Srs. Deputados, quero dizer que fui um homem que nunca apoiou um candidato do MDB, no palanque, a prefeito.

E isto ocorreu nas cidades de Joaquim Távora, e Sengés, e não ocorreu na cidade de Wenceslau Braz, porque os próprios elementos do MDB não aceitaram.

Fica aqui o meu protesto.

Nada queria trazer a público, referente ao meu colega de região, que sempre tratei com a devida ética e os meus colegas da ARENA já tiveram a oportunidade de testemunhar que, numa reunião com S. Exa., o Sr. Governador, para não criar problemas naquela reunião, eu dela me retirei, em primeiro lugar, para não suportar aquilo que meu eminente Colega, injustamente, viria me dizer e, por outra, para, evidentemente, não revidar o seu tratamento, à altura.

Pedi a S. Exa. para me retirar da reunião para não criar problemas e também, não trazer vexame aos meus colegas de bancada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, a palavra.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, na reunião memorável com S. Exa., o Sr. Governador do Estado, eu sequer toquei no nome do ilustre Deputado que está falando; nem

de leve toquei no seu nome, Sr. Presidente, e não vou admitir mentiras nesta tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sr. Deputado Gabriel Manoel, V. Exa. procure, nas questões de ordem, argumentá-las com respaldo no Regimento Interno.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima.

O SR. AGUINALDO PEREIRA LIMA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os nobres e eminentes colegas da ARENA...

O SR. GABRIEL MANOEL — (INTERFERE)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sr. Deputado Gabriel Manoel, a Presidência não vai admitir a interferência de V. Exa. com a quebra da ordem regimental.

Solicita de V. Exa. que mantenha para com o Plenário o mesmo respeito que a Presidência tem mantido com V. Exa.

Advirto o Deputado Aguinaldo Pereira Lima que tem um minuto para concluir.

O SR. AGUINALDO PEREIRA LIMA — Sr. Presidente, todos os meus colegas, têm conhecimento que, quando o Deputado Gabriel Manoel, estava na Primeira Secretaria, eu sempre mantive a ética, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nunca fiz fofquinhas em corredores e, por incrível que pareça, Sr. Presidente, Srs. Deputados, durante toda a sua gestão eu insistia para conseguir um terço para um funcionário da Casa, Sr. Luiz Lima, que eu tinha que pagar do meu bolso; nem isto eu consegui.

O Sr. Deputado Gabriel Manoel solicitado um elemento, com 50 por cento à Primeira Secretaria, e teve, como teve a Presidência também; além disto, luta que tivesse junto a S. Exa. o Sr. Governador do Estado para que concedesse, a cada Deputado, um cargo em comissão, a fim de que o Deputado conseguisse um auxiliar à altura, com bom vencimento e, para dois Deputados, ainda com 50 por cento.

E os meus colegas da ARENA, são testemunhas vivas e sãs de que quando chegamos na reunião junto ao Sr. Governador do Estado, a primeira palavra que o nobre Deputado usou quando eu lá cheguei, foi o município de Carlópolis, usando meu nome, que ele perdeu por apenas 8 votos para meu candidato e não iria entregar a liderança política.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência abre o Grande Expediente, concedendo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar, primeiro orador inscrito.

O SR. ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, declino.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Havendo declinado, a Presidência concede a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Visitando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no Estado do Paraná alguns municípios, conversando com professores estaduais, com diretores de estabelecimento de ensino a fim de realizarmos, Sr. Presidente, um pronunciamento tendo por base as informações obtidas dos municípios próximos a Londrina.

E assim sendo, solicitamos permissão aos ilustres parlamentares dessa Casa para lermos aqui o nosso pronunciamento: (LÊ):

"Não pretendemos apresentar exposição detalhada de como está o magistério.

Queremos apenas chamar a atenção para os pontos de es-

translucimento.

Todos têm consciência de que um dos princípios básicos de um povo é a Educação.

Um povo que se preza trata a Educação com todo o carinho, pois sabe que é ela a impulsionadora da racionalidade numa ou noutra direção.

E nem é preciso dizer que desejamos ver a nossa Educação prosseguir no sentido de elevar o nível do entendimento, pois é sabido ser ele o único responsável pelo aperfeiçoamento de um povo em todos os aspectos.

Quanto mais compreensão um povo tem, mais evolui do é.

E não é isto mesmo que buscamos?

Não é isto mesmo que a Revolução se propõe a alcançar?

Por isso, achamos oportuno trazer para esta tribuna alguns dados para reflexão.

Começemos pela aplicação da Lei 5692 em nosso Estado.

De repente, todo mundo se julgou entendido no assunto.

Cada escola começou a agir à sua maneira.

Não é preciso ser inteligente ou conhecer a fundo o assunto, para se saber que isto é um desastre em qualquer organização.

Quanto mais em se tratando da organização do Ensino, de natureza tão complexa.

E o desastre veio.

Sobrecarregou-se o professor com uma papelada tão grande, que ele mais se assemelha a um burocrata do que a um moldador de caracteres.

E o resultado não se fez esperar: quase todo o tempo do professor passou a ser gasto em função de tais papéis, enquanto a Educação propriamente dita ficou relegada a segundo plano.

A verificação por objetivo foi implantada.

Um absurdo...

O professor teve seu tempo asoberbado com os inúmeros testes, mal lhe sobrando minutos para encaminhar seus alunos na aprendizagem, pois não se pode exigir que ele passe sábados e domingos atualizando serviços.

É preciso não perder de vista que o professor também é um ser humano como qualquer outro.

Em razão disso, é necessário levar em consideração que ele também tem filhos a que se dedicar, tem um lar onde precisa marcar sua presença, para que não aconteça se dedicar ao filho alheio e o seu ficar abandonado.

Quanto ao aspecto salarial, vejamos, por exemplo, a tabela dos vencimentos.

Não convence, pela maneira como foi estabelecida.

A professora primária passa a receber Cr\$ 1.430,00 (hum mil quatrocentos e trinta cruzeiros).

Se dermos uma olhada para os anúncios dos jornais, verificaremos surpresas que uma empregada doméstica não recebe vencimentos inferiores a Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) com refeições e alojamento.

É claro que tudo isto é superior à cifra de Cr\$ 1.430,00.

Dentro destas condições, qual a professora que se sente estimulada a continuar seu trabalho, se descobre que sua empregada doméstica está mais bem remunerada que ela?

Diante de tal situação, não se pode negar o impulso mais que humano de desistir de um tal trabalho para cuidar da própria casa.

Verificando ainda a tabela de vencimentos, causou-nos estranheza constatar que até o nível 16 a diferença de nível para nível é de mais ou menos Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros), ao passo que, a partir do nível 17, é de Cr\$ 216,00 (duzentos e dezesseis cruzeiros).

A título de ilustração, vejamos: nível 14 - Cr\$ 1370,00;

nível 15 - Cr\$ 1.400,00; nível 16 - Cr\$ 1430,00; nível 17 - Cr\$ 1.606,00; nível 18 - Cr\$ 1.822,00.

Para uma visão completa, é só ver a tabela.

Qual a razão de tal critério?

Qual o espírito de tal procedimento?

Diante do quadro apenas esboçado, a queda da qualidade do Ensino era inevitável.

E ela veio.

Hoje, ouvem-se queixas de pais, de professores que não conseguem ministrar aulas nos estágios subsequentes, pois os alunos estão carentes de conhecimentos mínimos dos estágios anteriores, acarretando, inevitavelmente, dificuldades de ordem diversa, tais como: desânimo do professor, desespero do aluno e também dos pais, incompreensões generalizadas e desmoralização da Escola Oficial como veículo de desenvolvimento do Homem, de elevação do nível do conhecimento da nossa gente e, conseqüentemente, da erradicação da miséria.

A esta altura da História de nossa Pátria, parece não ser segredo para ninguém que o maior responsável pela estagnação social de tanta gente é a miséria mental, é a continuação do estado mental primitivo que não dispõe, como é óbvio, de recursos para transformar o meio em benefício da comunidade, que não tem condições de se transformar em agente dinamizador não só do progresso material, mas também da inteiração social para um desenvolvimento harmônico e integral do ser humano, política essa tão apregoada e posta em prática pelo senhor Presidente da República.

Baseado neste pequeno arrazoado, podemos concluir que devemos pôr a mão na consciência para um reexame da nossa conduta face à educação e sugerir ao senhor Governador do Estado que se interesse um pouco mais pelo bom funcionamento da escola pública, pois é ela que se veicula a Educação.

Além do mais, ela deve ser o modelo do Ensino em nosso Estado, pois isto nada mais faz que corroborar a vitalidade das instituições públicas, visto que um regime político revela desorganização ou decadência, quando suas instituições mais caras funcionam mal.

E a nosso ver, nada pode ser mais caro a um povo do que sua escola.

Sr. Presidente, era o pronunciamento que nós gostaríamos de fazer na sessão de hoje, a respeito da Educação.

Gostaríamos também, Sr. Presidente, de falarmos a respeito de nossa agricultura, ou mais precisamente do ouro verde, que não foi compreendido pelas nossas autoridades, que não foi compreendido pelos homens que dirigem o IBC; que não foi compreendido e que não foi respeitado - trata-se do café.

Este mesmo café, Sr. Presidente, responsável por grandes divisas de nosso querido País; este mesmo café, que trouxe para nossa terra, a instalação das indústrias, que financiou muita coisa neste País, e depois não foi compreendido.

Neste mesmo País, que em diversas fases, planta o café, arranca o café.

Neste mesmo País, Sr. Presidente, onde os lavradores recebem o dinheiro para plantar o café, recebem dinheiro para erradicar o seu café.

Neste mesmo País onde existia grandes sacas de café foram queimadas por este Estado do Paraná e por outros Estados afora.

Em troca de que, Sr. Presidente?

Para que o nosso café tivesse bom preço?

Enquanto isso, quando o café obtinha um bom preço logo se aumentava o confisco do pobre lavrador, fazendo com que o mesmo, no ano seguinte, deixasse de plantar mais café, deixasse de cuidar melhor da sua cafeicultura.

Neste mesmo querido Estado do Paraná, Sr. Presidente, onde há bem pouco tempo, nós possuíamos 915 milhões de cafeeiros, hoje estamos aí, com uma média de 400 ou 500

milhões de cafeeiros; neste mesmo Brasil querido, Sr. Presidente, onde nós possuímos milhares e milhares de sacas de café, 50, 60 milhões de sacas de café, nos armazéns do IBC, para se incutir no povo que se estava pagando nossas dívidas no exterior.

Para se incutir na mente brasileira que a inflação estava estagnada, para se incutir no povo brasileiro que a inflação era somente 12 por cento, o que se fez?

Foi vendido o nosso café no exterior por qualquer preço, e para que, Sr. Presidente,?

Para se instalar neste País, o que?

Aí está a situação atual do nosso agricultor; aí está a situação do nosso querido Paraná, com 400, 500 milhões de pés de cafés, com sua cafeicultura reduzida.

E vemos agora, Sr. Presidente, que o Sr. Governador do Estado, Jayme Canet Júnior, quer gastar dois milhões de cruzeiros, para se fazer uma campanha "Plante mais Café, no Estado do Paraná".

Mas será que adianta, Sr. Presidente?

Outras campanhas, neste Estado, neste País, já foram feitas:

"Plante que o Governo garante".

O trabalhador trabalhou a terra, arou a terra, comprou sementes da Café do Paraná que, geralmente, não germinam, ou não germinaram na época, e essas que germinaram, na hora de se vender o produto, o lavrador não encontrou preço suficiente.

E nós perguntamos, Sr. Presidente, será que não vai se aumentar o confisco cambial daquele que na hora de vender o seu produto, verifica que de cem sacas, ele era obrigado a entregar 10 sacas; que de cem sacas depois ele passou a entregar 20 sacas, 30 sacas?

E agora nós não sabemos até quando é que de confisco cambial, o lavrador paga, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós, fazemos votos, para que esta campanha seja feita em todo o Estado do Paraná e se espalhe por todos os seus flancos.

E fazemos votos, Sr. Presidente, para que o lavrador paranaense compreenda e plante mais café, porque nós precisamos plantar, segundo declarações da própria imprensa, que a quota do Estado do Paraná é de mais 130 milhões de cafeeiros.

E nós sabemos que, neste ano, há necessidade de plantar mais 80 milhões de cafeeiros.

Sr. Presidente, fazemos votos para que o lavrador receba o financiamento de 8 cruzeiros por pé de café plantado.

Plante o café e depois dentro de 3 ou 4 anos ele tenha um preço compensador para fazer com que o seu empregado ou contratado pelo sítio fazendeiro, seja fixado na fazenda, se fixe na propriedade.

Porque o que nós verificamos nestes últimos 12 anos é que colonos e mais colonos saíram das propriedades agrícolas, levados para as grandes cidades, porque o trabalhador prefere trabalhar como "boia fria", nas pequenas e grandes cidades, do que ficar na propriedade agrícola, porque ele não recebendo um preço compensador pelo seu café, resolveu erradicar os cafeeiros e ali plantar soja, ali plantar trigo.

Soja, trigo. . .

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como bom paranaense que sou; como bons paranaenses que somos, fazemos votos para que S. Exa. o Sr. Governador do Estado do Paraná, para que esse Estado que nós amamos bastante, seja dentro em breve o maior produtor de café do Brasil, para que dentro em breve, os outros Estados do Brasil possam ser grandes produtores e, mais uma vez, o café na hora em que precisarmos dele, ele se faça presente, ajudando também no pagamento de nossas dívidas, para que num futuro próximo não precisemos nem pensar nas ditas "simonetas", que tanto descontentamento

trouxeram à população brasileira.

Era isto, Sr. presidente.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

A Presidência lembra ao eminente Deputado que lhe restam 13 minutos de tempo.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muitas vezes, na euforia dos debates, dizemos coisas contra nossos brios, contra nossa tradição.

Neste instante, queremos pedir desculpas aos ilustres Membros da Comissão Executiva por alguma coisa que tenhamos dito no calor dos debates.

Mas, queremos deixar bem claro que quando formulamos esse pedido de informações: se fora, ou não, nomeado um funcionário, com alto cargo, ganhando polpudos vencimentos, não estávamos acusando ninguém.

Estávamos apenas, procurando salvaguardar a integridade moral da atual e da ex-Comissão Executiva.

Não vamos trazer aqui quíziilas políticas do Interior, porque, graças a Deus, sempre viemos a esta Casa pelo voto que o povo nos outorgou.

Não queremos tripudiar sobre ilustre companheiro nosso.

Não fizemos referência, desta tribuna, a nenhum nome.

O ilustre Segundo Secretário, com todo o respeito que temos pela sua juventude, com todo o respeito que temos pela sua sinceridade e lealdade a um companheiro nosso, é um homem do MDB.

E isso é problema interno da ARENA.

E se defesa coubesse, essa defesa deveria ser feita por um membro da ARENA.

Por essa razão, peço desculpas aos ilustres Membros da Comissão Executiva atual, tão honrada quanto a anterior.

Se apresentamos esse pedido de informações não foi para tripudiar sobre ninguém, mas sim para que não se diga que nesta Assembléia se faz falcatuas.

Foi essa a nossa intenção.

Gostariamos que o Sr. Presidente verificasse nas notas taquigráficas que não mencionamos, em momento algum, o nome do ilustre companheiro nosso, prezado amigo, Deputado Aginaldo Pereira Lima.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, solicitamos que V. Exa. manda fazer um levantamento de nossa gestão, como Primeiro Secretário desta Casa, durante onze meses, porque não é de nosso feito tripudiar sobre companheiros nossos.

Pedimos desculpas a V. Exa., Sr. Presidente, que tão bem vem conduzindo os trabalhos desta Casa, bem como aos demais membros da Comissão Executiva.

O que não podemos admitir, é que o Deputado, querido amigo, José Domingos Scarpelini, venha derramar sua bÍlis em cima de um homem que nem sequer toquei no seu nome antes deste episódio.

E se, por ventura, toquei no seu nome, no nome do ilustre Deputado, foi apenas para admirá-lo, moço combativo, honesto, honrado e trabalhador.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu pediria de todo o coração que V. Exa. autorizasse uma Comissão de Inquérito para que faça uma devassa nos anos em que fui Primeiro Secretário e, se houver qualquer deslize, eu deixo aqui o meu mandato, Sr. Presidente, com todo o respeito e para a dignidade desta Casa.

E, se muitas vezes eu sou chamado de irrequieto, de intolerante, predomina, no meu coração, a caridade, e em minha consciência, Sr. Presidente, o desejo de não fazer mal a ninguém.

V. Exa. é testemunha, Sr. Presidente, se fizemos este pedido, que eu quero neste instante retirar, em homenagem a V. Exa. Quero retirar porque eu respeito a atual Comissão Executiva, aos meus companheiros, como respeito à Comissão Executiva que V. Exa. sucede.

É neste instante que eu quero dar por encerrado e dar uma demonstração, Sr. Presidente, de humildade, não de covardia, de respeito a este Poder. De respeito a V. Exa., aos meus colegas. E quero que V. Exa. saiba, Sr. Presidente, que nunca virei a esta tribuna para apontar nome de qualquer companheiro. Quando eu falo, falo em nome generalizado.

Sendo assim, Sr. Presidente, deixo aqui os meus agradecimentos e peço, neste instante, em homenagem à atual e a ex-Comissão Executiva, que se retire este meu pedido de informações. Porque, Sr. Presidente, como diz o velho adágio popular — “covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta”, nós não nos damos por vencidos, porque a nossa luta é em favor do Paraná, de sua gente. A nossa luta, principalmente neste momento, em que o nosso Poder está claudicando em favor deste Poder, é a homenagem que eu faço a mim mesmo e aos meus filhos.

Perdoe-me, Sr. Presidente, com a devida vênia, e retire por favor este meu pedido de informações.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência registra com satisfação a presença, neste Plenário, do ex-Deputado e atual Prefeito Municipal de Umuarama, Sr. João Cioni Netto.

Desejo ao ex-Deputado e atual Prefeito, uma estada feliz nesta Casa de Leis, que, por alguns anos, foi seu “habitat”.

A Presidência consulta a liderança da Aliança Renovadora Nacional se deseja ocupar os 15 minutos regimentais que são destinados ao seu Partido.

Com a palavra o eminente Líder da ARENA, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Liderança da ARENA, nesta Casa, não poderia deixar de manifestar a sua satisfação pela grande demonstração de coragem, de bom senso, que deu ontem ao Brasil o seu Presidente Ernesto Geisel.

Parece-me muito apropriado que se leia, neste momento, o que diz o feliz editorial abrigado na edição de hoje, no jornal “Gazeta do Povo”, solicitando à Mesa que o insira nos Anais desta Casa.

Diz o editorial: (Lê): “A decisão do Presidente Geisel atingiu em cheio aos interesses do povo brasileiro.

Em demonstração de bom senso e extrema lógica, o chefe da Nação convocou a imprensa para, direta e pessoalmente, transmitir o decisório do Governo: os efeitos decorrentes do Decreto-lei número 1520 de 17 de janeiro deste ano, ficam suspensos. Ou, mais simplesmente, as “simonetas”, representadas pelos dois cruzeiros por litro de gasolina, que seriam cobradas a partir do dia 18, não mais serão obrigatórias para quem desejar adquirir gasolina.

Convenhamos que a situação era tensa, difícil e preocupante para o homem comum de nosso país. O “compulsório” iria atingir o proprietário do veículo, de forma direta e com grande impacto, não deixando ninguém a salvo dos efeitos da alta de preços de tudo, pelo peso específico desse gravame restituível em 2 anos.

Quais as razões que levaram o Governo, pela palavra do Presidente da República, a essa decisão? Como acentuou o Presidente, nos dois meses, deste ano, a tendência para uma economia maior de combustível se tornou visível demonstrando a alta compreensão do povo brasileiro. De outra margem, a balança comercial vem apresentando, em janeiro e fevereiro, considerados “ruins” em termos de exportação, um bom desem-

penho, graças, em boa parte, aos preços altos de produtos agrícolas que exportamos e de manufaturados que constam da pauta de mercadoria que enviamos ao exterior. Em paralelo, as importações vêm diminuindo. O quadro, como se vê, se apresentava auspicioso, carecendo-se, todavia, de um decisório de coragem, de bom senso e de lógica. E este foi adotado pelo Presidente Geisel, que anunciou que a cobrança do “compulsório” estava adiada.

Para quem, entretanto, ouviu a palavra do Presidente ou, hoje, a está lendo pelas nossas colunas, fazemos uma observação importante e válida. O Decreto-Lei a que nos referimos não foi revogado. O Governo Federal ainda tem à mão esse instrumento legal para empregá-lo na medida em que a realidade conjuntural brasileira assim o requerer.

Restará, assim, uma posição da parte de cada um e de todos em geral, no sentido de que se compreenda o gesto da administração central, pela via de uma consciência muito nítida de que devemos continuar economizando o combustível. E isto somente, terminará quando o Brasil for, no mínimo, auto-suficiente em petróleo ou haja superávits na balança comercial do País.

Há ainda, uma observação que desejamos remarcar: a democrática posição, liberal e franca, do Presidente Geisel, indo até os jornalistas para que estes — “olhos e ouvidos do povo” — fossem, pelos veículos de informações, os portadores dessa muito boa nova de corajoso bom senso.

Agora, é a nossa parte. Devemos aguçar a consciência para continuar economizando combustível. Correspondendo assim ao gesto corajoso e de bom senso de um Presidente que sabe enfrentar os momentos graves, sabe ser o grande líder nos instantes difíceis, mas sabe também com naturalidade e segurança ser o Chefe de Governo preocupado em poupar o povo de maiores sacrifícios quando este povo por seu trabalho e compreensão entendeu o apelo do Presidente e soube poupar combustível e criar divisas.

O povo do Paraná somando sua voz ao resto do Brasil saúda o Presidente Geisel pela coragem de voltar atrás em uma decisão grave, quando o bom senso e os fatos novos estavam a exigir este gesto de extrema lógica e inequívoco bom senso”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni). A Presidência consulta a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja usar do horário destinado ao MDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Trajano Bastos, Líder do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conforme havia pronunciado da tribuna o ilustre e nobre companheiro, Deputado Lineu Turra, a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, pretende, no início da próxima semana um pronunciamento mais profundo sobre a atitude de S. Exa. o Sr. Presidente da República em rever parte do Decreto 1520, que institui o recolhimento, o depósito restituível, como é chamado no Decreto, mas que, para nós, é compulsório.

No entanto, a posição tomada pelo ilustre líder da ARENA, Deputado Luiz Roberto Soares, me obriga a vir à tribuna para um posicionamento em relação ao assunto, sem prejuízo naturalmente, da análise que faremos sobre o assunto, na próxima semana.

Tem razão S. Exa. o nobre Líder da ARENA quando registra através do editorial da “Gazeta do Povo”, a posição corajosa de S. Exa. o Sr. Presidente da República: sem dúvida nenhuma foi uma posição corajosa.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o MDB já havia se posicionado anteriormente, através de sua Liderança Nacional, das mais expressivas, como Paulo Brossard, Saturnino Braga, antevendo, já naquela época, os efeitos que aquele decreto traria à economia nacional. É de se lamentar que só então, só agora o Governo brasileiro tenha sentido esse problema.

Havia sido profetizado pelo MDB que as conseqüências oriundas daquela medida trariam uma confusão total à economia nacional, e isto aconteceu. Justo que se reconheça a posição corajosa de S. Exa. o Sr. Presidente da República, mas, justo também que se reconheça a posição do MDB, através de suas lideranças, quando, antes de implantadas as medidas, já profetizara os efeitos negativos que ela traria.

Nós do MDB, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste episódio, nos encontramos perfeitamente à vontade para hipotecar o nosso respeito pela atitude de S. Exa., o Sr. Presidente da República. Apenas para citar um caso: a General Motors havia programado a dispensa de mil funcionários da sua fábrica, como conseqüência direta dos efeitos que trouxe o Decreto 1520, com obrigação do depósito sobre combustíveis.

Foi lido e apresentado pelo ilustre Deputado Rosário Pitelli um requerimento de aplausos a S. Exa. o Sr. Presidente da República.

Quero adiantar ao ilustre Deputado que a Bancada do MDB, nesta Casa, votará com o requerimento, porém, que se registrem as ressalvas que hoje fazemos da tribuna e nos reservamos, para o início da semana trazer a esta Casa um pronunciamento de um trabalho mais aprofundado e que revelará a posição da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, neste episódio.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre líder da Oposição nesta Casa, V. Exa. traz, neste momento a medida da sua grandeza, reconhecendo no ato do Sr. Presidente da República um ato de coragem e de bom senso.

Eu, todavia, Sr. Deputado, queria fazer três considerações a propósito desse seu oportuno pronunciamento. A primeira observação é de que, no nosso entendimento, o Decreto-Lei que instituiu esse depósito compulsório restituível não tem a mácula da inconstitucionalidade, mas não acho momento de se discutir isso. Eu, apenas gostaria de lembrar a V. Exa. que o retrocesso do Governo, neste episódio, se deveu basicamente a um comportamento muito positivo das exportações brasileiras. E se deveu, também, a uma boa posição que os manufaturados brasileiros estão ganhando no exterior.

De maneira que, se por um lado eu reconheça que realmente o Partido da Oposição desde o primeiro momento se manifestou contrário a tal medida, ainda era cedo para se julgar os seus malefícios. E a revisão daquela medida foi ditada, basicamente, por um comportamento favorável da nossa economia. E afóra esta consideração ou estas considerações do eminente líder do MDB, eu deslocaria a causa de possíveis dispensas das fábricas de automóveis brasileiras, como decorrentes da instituição do depósito compulsório.

Na realidade é fato sabido de quem tem alguma informação nesta área, de que todas as fábricas de veículos, no Brasil, estão tendo um prejuízo por unidade, da ordem de dois mil cruzeiros. Para V. Exa. ter uma idéia, enquanto em 1965, cento e cinco salários-mínimos compravam um automóvel, em 1975, cinquenta salário-mínimos compram um automóvel.

De maneira que, a dispensa ou a possível dispensa ou a emergência de desemprego nas fábricas de automóveis teria muito mais como causa os baixos preços considerados pelas fábricas do que propriamente a instituição do depósito restituível.

Era a observação que eu queria fazer, nobre Deputado. O SR. TRAJANO BASTOS — Eu agradeço o aparte de V. Exa.

Primeiramente pretendo registrar também a certeza de que não faltará e de que não vai faltar a grandeza da parte da liderança da ARENA, na pessoa de V. Exa. como da ilustre Bancada da ARENA, nesta Casa, em reconhecer também a par do reconhecimento que se dá a S. Exa. o Presidente da República, o posicionamento tomado pela Liderança Nacional do meu Partido.

Quanto aos efeitos que esta medida possa ter influído na Indústria Automobilística Nacional, ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, acredito até que os argumentos levantados por V. Exa. tenham sido uma das causas do propalado desemprego. Mas a exigência do depósito restituível acelerou em muito, a situação grave, que grassa na Indústria Automobilística Nacional. Damos apenas o exemplo da General Motors e sabemos que este ambiente de intranquilidade, reina em toda a indústria automobilística nacional.

Mas, continuando, se me permite V. Exa. ...

Concedo o aparte ao Deputado Maurício Fruet.

O Sr. Maurício Fruet — Eminente Líder, ao lado das razões alinhadas por V. Exa., nós gostaríamos de afirmar, que o diálogo é peça principal no jogo democrático. Se S. Exa. o Sr. Presidente da República, ao invés de um Decreto-Lei — cujas razões jurídicas discordamos, das externadas pelo eminente líder da ARENA nesta Casa, no aparte anterior, a V. Exa., — se S. Exa. o Sr. Presidente da República, tivesse ouvido os representantes das forças vivas desta Nação, no caso, os Deputados Federais na Câmara dos Deputados, por certo, tenho certeza absoluta, esta medida jamais seria adotada. E temos a esperança, eminente líder, que S. Exa. o Sr. Presidente da República, agindo com a grandeza como agiu e aí concordo com as ponderações do Líder da ARENA — também a curto prazo, deixe sem efeito, coloque um prazo indefinido na aplicação, no empréstimo restituível, com relação ao óleo combustível que se mantido, provocará, um processo inflacionário na agricultura e na indústria, principalmente, na agricultura mecanizada em nossa terra.

Muito obrigado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço o oportuno aparte de V. Exa., deputado Maurício Fruet. Realmente, V. Exa. toca um ponto importante da questão. É necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os responsáveis pela conduta e pela gerência da política econômica deste País, não sejam acometidos do mal daqueles que tomam meias medidas, e que a definição da sua conduta na política econômica, seja traçada com o objetivo de modo, a proporcionar ao empresariado nacional, garantias de esquema e planificação nos seus ramos de negócios.

É por isso, que entendo, que a medida adotada por S. Exa. o Sr. Presidente da República, apesar de corajosa, apesar de oportuna, apesar de patriótica, foi uma meia medida. Mas, queremos registrar aqui também a esperança de que S. Exa. o Sr. Presidente da República, analisando mais profundamente a questão, sepulte por inteiro o famigerado Decreto-Lei 1520 e que deixe também se a obrigatoriedade do depósito sobre o óleo combustível. Porque seria malhar em ferro frio, analisarmos aqui mais uma vez as conseqüências que a manutenção desta obrigação traria para a indústria nacional, trará para a agricultura, trará para a economia nacional.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registramos aqui a nossa esperança e a nossa confiança nos responsáveis por esta medida.

E o Sr. Presidente da República que sepulte em definitivo o Decreto 1520 e que devolva a tranqüilidade ao meio empresarial nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emendas ao Projeto de Lei número 144/76, de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, devidamente apoiadas, no seguinte teor: (Lê):

EMENDA AO PROJETO DE LEI NÚMERO 144/76

O inciso I, da Tabela VIII, passa a ter a redação que segue:
 "I — À Ordem dos Advogados, Seção do Paraná, por feito em que intervenha advogado ... 1,5"

Sala das Sessões, em 07 de março de 1977.

(aa) Muggiati Filho, Aguinaldo Pereira Lima, Waldenício Barbalho, Accioly Neto, Enéas Faria.

JUSTIFICATIVA:

Pretende a emenda oferecida ao Projeto a inclusão da Associação dos Funcionários da Justiça, no corpo da Tabela VIII, anexa à Lei número 6149, de 09 de setembro de 1970 (Regime de Custas do Estado). Procura corrigir injusta omissão na participação de custas judiciais, regalia de outras entidades congêneres ali indicadas.

Com o ensejo, urge corrigir, ainda, a distorção prejudicial à Ordem dos Advogados (Inciso I) no que tange ao critério dissonante de cobrança em processo contencioso e sem paridade com a Associação do Ministério Público (Inciso II), que é beneficiária por feito em que intervenha o respectivo representante.

Dessa forma, razoável é estabelecer-se a igualdade de tratamento. Conferir, ao Órgão de classe, a percepção de custas em todo o feito em que intervenha o advogado.

Outrossim, o trato equânime justifica o pagamento concomitante de todas as custas da Tabela VIII, por ocasião da distribuição dos feitos judiciais, e não, como está discriminado no parágrafo único do artigo 9, da Lei número 6149 da citada, daí a oportunidade de outra emenda ao Projeto, que, em separado, acompanha a presente proposição".

"EMENDA AO PROJETO DE LEI NÚMERO 144/76

O artigo 2º do Projeto de Lei número 144/76, passa a ter a seguinte redação, ficando o atual artigo 2º, com o artigo 3º do Projeto.

Artigo 2º — O parágrafo único, do artigo 9º, da mesma Lei 6149, passa a ter a redação seguinte:

"Art. 9º — ...

Parágrafo único — As custas da Tabela VIII e as do Distribuidor, serão pagas no ato da distribuição".

Sala das Sessões, em 07 de março de 1977.

(aa) Muggiati Filho, Aguinaldo Pereira Lima, Waldenício Barbalho, Accioly Neto, Enéas Faria.

JUSTIFICATIVA:

A presente equânime justifica o pagamento concomitante de todas as custas da Tabela VIII, por ocasião da distribuição dos feitos judiciais, e não, como está discriminado no parágrafo único do artigo 9, da Lei número 6149 citada".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — As emendas serão encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de serem anexadas ao projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 120/76, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a entidade denominada "Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil", com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 120/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a entidade denominada "Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil", com sede e foro em Curitiba - Paraná.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1976.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

O histórico que anexamos ao presente, subscrito por Alfredo Tirling — Presidente da entidade em destaque, que vem prestando relevantes serviços à coletividade, bem justifica o plano de lei para aprovação do qual temos certeza de contar com o apoio dos nobres Pares com assunto nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 120/76

De autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, o presente Projeto de Lei número 120/76, tem por finalidade declarar de utilidade pública as "Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil", entidade filantrópica de assistência social e educacional, com sede nesta Capital.

Analisando-se a documentação que acompanha a presente Proposição, temos que a aludida entidade se encontra revestida de todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação estadual e federal reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Marques, ocorrido na cidade de Castro. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Antônio Facci e Renato Bernardi, lido da tribuna, solicitando votos de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Francisco Silveira Rocha, ocorrido em Marialva. — APROVADO.

A Mesa associa-se à manifestação de pesar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Israel Kohane, ocorrido em nossa Capital. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da tribuna, solicitando seja enviado telex ao Sr. Presidente da República, consubstanciado em voto de aplausos ao ato que cancelou, por tempo indefinido, o recolhimento do empréstimo restituível para a compra de gasolina. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando a designação de parlamentares para representar esta Casa no Congresso Nacional sobre a economia rizícola, que terá início dia 11, em Porto Alegre. — APROVADO.

A Presidência designa os subscritores como representantes deste Poder no referido Congresso Nacional de Rizicultura. E consulta os Srs. membros da ARENA se desejam participar do conclave. Se desejarem, que se inscrevam junto a Presidência.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de Postos Telefônicos nos distritos de Boa Vista da Aparecida e Santa Lúcia, no município de Capitão Leônidas Marques. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, no sentido de que sejam tomadas providências para a instalação das comarcas de Altônia, Palotina, Pérola, Terra Roxa e Alto Piquiri. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que se digne determinar a construção de um Trevo na Rodovia BR-476, no trecho próximo à cidade de Araucária. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando voto de aplauso aos Poderes Legislativo e Executivo de Alagoas, pela realização, em Maceió, da Reunião do Conselho da União Parlamentar Interestadual, e solicita ainda a transcrição nos Anais da Casa, o texto da Proposição de autoria do signatário, aprovada nessa reunião. — APROVADO. — (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que sejam efetuados estudos visando seja criado um grupo escolar no bairro Jardim Panorama, na comarca de Ubatã. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do documento "Exigências Cristãs de Uma Ordem Política", aprovado pela XV Assembleia Geral da Conferência Nacional de Bispos do Brasil. — APROVADO. — (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social, em forma de sugestão para que se digne estudar uma forma de conceder aos municípios, a anistia dos juros moratórios, multas e correção monetária, sobre débitos dos mesmos para com o INPS, fixando-se um prazo para a devida liquidação. — Em discussão.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Peço a palavra, para discutir.
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de dotar a Delegacia Regional de Polícia de Paranaguá, de viaturas necessárias para atender as necessidades daquela Delegacia. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, de sessão anterior, com sua discussão adiada, na forma do art. 150 do Regimento Interno, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Ministro da Fazenda, sobre a aplicação dos Fundos de Empréstimo compulsório da gasolina — pró ônibus elétrico.

A Presidência considera prejudicado e seu autor solicita a sua retirada da pauta.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel lido da tribuna. — Retirado pelo autor.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, de sessão anterior, com sua discussão adiada, sob forma do art. 150 do Regimento Interno, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de ser afastado do cargo de Delegado de Polícia de Ivaiporã, o atual titular. — APROVADO.

A Presidência viu cumpridas as determinações do artigo 38 do Regimento Interno e apela aos Srs. Deputados para que dêem cumprimento ao que dispõe o artigo 40 do Regimento Interno, que trata da instalação das Comissões Técnicas, a fim de que esta Casa possa receber matéria devidamente discutida para a inclusão na pauta e posterior inclusão na Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Muggiati Filho, em sessão do dia 10 de março de 1977.

"Senhor Presidente do Conselho da UPI:

Tendo em vista que o relacionamento entre as Assembleias Legislativas e os Tribunais de Contas varia de um para outro Estado, no tocante às normas essenciais a serem observadas sobre a matéria, o mesmo ocorrendo com relação à interpretação dos textos da Constituição Federal e da legislação pertinentes ao assunto.

Tendo em vista que algumas Cartas Estaduais divergem também quando dispõem sobre as atribuições dos Tribunais de Contas em relação aos seus orçamentos e que, não raro, surgem pontos de divergências entre um e outro;

Tendo em vista que sobre os pontos considerados essenciais, que se constituem nos suportes legais e constitucionais, não deve nem pode haver dúvida interpretação;

Tendo em vista, por outro lado, as discrepâncias que se registram entre várias Assembleias Legislativas, no tocante ao cumprimento do dispositivo Constitucional que fixou o número de sessões extraordinárias remuneradas, limitando-o (art. 33, parágrafo 4, c.f.);

Tendo em vista que a Constituição realmente incorpora aquela remuneração aos subsídios variáveis, seja pelo sentido do próprio texto, seja pelo seu permanente recebimento, conforme o direito aplicável à espécie em nosso País;

Tendo em vista que a realização de sessões extraordinárias pelo simples fato de legalizar tal percepção ocasiona, no entanto, a movimentação de todo o sistema legislativo e as conseqüentes despesas;

Tendo em vista que, acertadamente, algumas Assembleias Legislativas passaram a remunerar, até o limite Constitucional, as sessões de suas comissões permanentes.

Que, ouvido o Plenário, seja constituída uma Comissão para o estudo de tais assuntos, constantes dos respectivos tópicos seguintes:

I — Aplicação dos textos constitucionais e legais, bem assim, dos princípios essenciais que devem reger a feitura do orçamento analítico das Casas Legislativas Estaduais e o seu relacionamento em torno da matéria, com os Tribunais de Contas.

II — Uniformização, por meio de emendas regimentais, ou resoluções, da aplicação do permissivo constitucional citado às sessões das Comissões Permanentes.

Concluídos os estudos, a Comissão deverá encaminhar suas conclusões à ilustrada Presidência da U.P.I., para seus devidos efeitos.

Sala das Sessões, em 14 de janeiro de 1977.

(a) Dep. Muggiati Filho (PR)

Conselheiro da UPI

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Antônio Facci, em sessão do dia 10 de março de 1977.

"O NOVO DOCUMENTO DA C.N.B.B.

RIO (AE — O ESTADO) — É o seguinte, na íntegra, o documento "Exigências Cristãs de uma Ordem Política", aprovado pela XV Assembleia Geral da CNBB, em Itaiç, no dia 8 de fevereiro e ontem divulgado.

INTRODUÇÃO

Por ocasião do 25º aniversário da CNBB, no décimo aniversário da "Populorum Progressio", reunidos em nossa 15ª Assembleia Geral, nós, bispos do Brasil, como pastores do povo de Deus, muito embora reconhecendo nossas limitações e fraquezas, sentimo-nos no direito e no dever de fazer chegar nossa

palavra a esse mesmo povo, porque todos somos chamados a construir uma nação sempre mais justa, sempre mais fraterna, e, por isto mesmo, sempre mais cristã. Em outros momentos difíceis temos nos pronunciado. Também agora julgamos dever pronunciar-nos, enunciando princípios éticos e cristãos que possam facilitar e orientar o encaminhamento de soluções cristãs para problemas que preocupam o nosso país. Pastores da Igreja, pretendemos apenas que nossas palavras, inspiradas unicamente no amor que nos une a Deus e em Deus a nossos irmãos, sejam fraternas, claras e justas na enunciação das exigências cristãs de uma ordem política.

A SALVAÇÃO INAUGURADA POR CRISTO

"O próprio verbo encarnado... entrou, como homem perfeito, na história do mundo assumindo-a e recapitulando-a... O seu reino já está presente em mistério aqui na Terra. Chegando o Senhor, ele se consumará". (G.S. NRS 38,39).

1. — Comunicando-se aos homens de muitas maneiras, Deus o fez principalmente através de seu próprio filho (HB 1,1-2), que se tornou nosso irmão. O mistério da encarnação confere assim, a todos os homens, sem discriminação, uma dignidade nova e inalienável: todos são chamados a um destino eterno, prefigurado na ressurreição de Jesus.

2. — Pela presença de Cristo Jesus na história humana, toda ela assume o sentido pleno de realização do desígnio salvador de Deus. A salvação torna-se, deste modo, a única ordem real. A partir dela, todo mal é pecado ou consequência do pecado, e todo bem é fruto da graça. Toda ação humana tem, assim, uma referência objetiva à salvação.

A MISSÃO DA IGREJA

"No campo social a Igreja sempre teve uma dupla preocupação: iluminar os espíritos... E entrar na ação para difundir as energias do Evangelho". (OCT. ADV. NR 48).

3. — Jesus mandou que a Igreja anunciasse e promovesse a salvação. Em plenitude ela será vivida na casa do pai. Mas já deve começar aqui na terra e manifestar os seus frutos pelo amor e pela fraternidade. No desempenho de sua missão, a exemplo de Jesus, a Igreja tem que se comprometer com todos os homens, especialmente com os pobres (MI 11,5; LC 4,18), cuja situação de miséria é eloquente testemunho do pecado que se instala no coração do homem, contaminando toda a sua vida individual, familiar e social (G.S. NR 13).

4. — Realizando a sua missão, a Igreja busca orientar-se pelos critérios da fé, que complementam os postulados da razão e natureza humana. Mostra o sentido último do homem e do mundo à luz da ressurreição de Cristo, manifestação definitiva do sentido da história. Para a Igreja, a fé deve ordenar toda a vida do homem e todas as suas atividades, também ao que se referem à ordem política.

5. — A ordem política está sujeita à ordem moral. A Igreja iluminada pela fé, procura definir com sempre maior clareza, as exigências que da ordem moral decorrem para a ordem política. Nós pastores temos consciência de não estarmos exorbitando os cristãos a assumirem sua função específica na construção da sociedade de acordo com estes princípios.

6. — Salvaguardando a legítima autonomia das realidades terrestres, sabemos que não nos compete agir diretamente sobre as estruturas, mas iluminá-las e formar a consciência dos homens. Temos a convicção de cumprir um dever e prestar um serviço, formulando as exigências morais, indicando as contradições entre essas exigências e a realidade e, sem pretender fazer um balanço crítico da mesma, alertar para os riscos, estimular o que há de bom e positivo, encorajando o esforço de todos os que se empenham na realização de modelos cada vez mais adequados àquelas exigências.

O HOMEM SER SOCIAL

"Ser social, o homem constrói o seu destino numa série de grupos particulares... que reclamam uma sociedade mais ampla... a sociedade política" (OCT. ADV. NR. 24).

7. — O homem, criado por Deus, é um ser naturalmente social. Precisa associar-se a seus semelhantes para criar os bens indispensáveis ao seu desenvolvimento normal.

8. — Alguns destes bens lhe são garantidos pelo Grupo Familiar ou Sociedade Doméstica; outros lhe são garantidos pelas mais diversas instituições ou formas de associação por lei livremente criadas para responderem a suas necessidades de natureza econômica, social, cultural e religiosa.

A ORIGEM DA SOCIEDADE POLÍTICA

9. — Além destas necessidades específicas, as pessoas, as famílias, as instituições experimentam urgentes necessidades de caráter mais geral, como a necessidade de paz baseada na justiça, de segurança, de ordem e de estímulo para o desempenho normal de suas atividades em vista do bem comum.

10. — Para atender a estas necessidades de caráter mais geral, os homens associam-se em comunidades mais amplas e criam a sociedade política, representada pelo Estado, responsável, assim, pelo bem comum geral ou pelo bem público dos indivíduos, das famílias e das instituições.

11. — O Estado, em sua acepção moderna, como organização da autoridade política, é uma instância relativamente recente na história da evolução da humanidade; muito antes dele já existiam pessoas humanas, famílias e instituições, com deveres e obrigações definidas e com direitos naturais e inalienáveis.

OS MODELOS

"Diversos modelos de uma sociedade democrática já foram experimentados. Nenhum deles satisfaz plenamente, e a busca continua" (OCT. ADV. NR. 24).

12. — Nenhum modelo é perfeito ou definitivo; por isso, todos são questionáveis e precisam ser continuamente aperfeiçoados. Impede-se o diálogo autêntico quando os regimes se pretendem inquestionáveis e repelem quaisquer reformas além daquelas por eles mesmo outorgadas. A igreja não pode, assim, aceitar a acusação de intromissão indébita ou de subversão, quando, no exercício da missão evangelizadora, denuncia o pecado, questiona aspectos éticos de um sistema ou modelo e alerta contra o perigo de um sistema vir a se constituir a própria razão de ser do Estado.

13. — A igreja, pela sua hierarquia, não se atribui funções que não lhe competem, nem propõe estratégias ou modelos alternativos, mas anuncia alguns princípios básicos visando ao aperfeiçoamento dos modelos. Entretanto, a fé não pode ser instrumentalizada a serviço de uma ideologia, nem o cristianismo reduzido a um fenômeno cultural, em nome de cujos valores se pretenda falar para justificar doutrinas que lhe são alheias, ideologias ou modelos.

DIREITOS E DEVERES DO ESTADO

"O poder político... deve ter como finalidade a realização do bem comum no respeito às legítimas liberdades dos indivíduos das famílias e dos grupos subsidiários" (OCT. ADV. NR. 46).

14. — Não é o Estado que outorga esses direitos às pessoas, às famílias e aos grupos intermediários. Ao Estado, como instituição fundada na própria natureza social dos homens, compete a realização de um bem comum que, eles isoladamente, não poderiam alcançar e que constitua, portanto, a própria razão de ser do Estado.

15. — No nível dos fins, o Estado ordena-se à pessoa. Essa, como sujeito de direitos naturais inalienáveis, é origem, centro e fim da sociedade. No nível da execução deste fim, as pessoas subordinam-se ao Estado, que dispõe de autoridade para urgir a colaboração de todos no esforço comum. Em virtude desta autoridade, que tem sua justificação nos planos de Deus, sendo o homem "por sua natureza íntima, um ser social" (G.S., NR 12), o Estado pede tudo aquilo e só aquilo que é exigido e útil para a realização do bem comum.

16. — É dever do Estado respeitar, defender e promover os direitos das pessoas, das famílias e das instituições. Toda ação exercida sobre elas pelo Estado deve fundar-se no direito que

deriva de sua responsabilidade pelo bem comum.

17. — É nesse direito que se funda a força da autoridade do Estado. Toda força exercida à margem e fora do direito é violência um estado de direito se caracteriza, pois, por uma situação jurídica estável, na qual as pessoas, as famílias, e as instituições gozam de seus direitos, e tem responsabilidades concretas e garantias jurídicas eficazes para defendê-los e reivindicá-los legalmente.

18. — Assim como a Igreja deve respeitar os direitos naturais o inerentes ao Estado legitimamente constituído, igualmente o Estado tem o dever de respeitar a liberdade religiosa das pessoas, bem como o direito divino que a igreja tem de anunciar o evangelho sem constituir-se em árbitro da ortodoxia da doutrina por ela anunciada.

DEVERES DAS PESSOAS PARA COM O ESTADO

"Entre os deveres de todos os cidadãos é preciso lembrar o dever de prestar a nação os serviços exigidos pelo bem comum" (G.S. número 75).

19. — Em correlação com seus direitos, e na medida em que eles forem assegurados pelo Estado, as pessoas e os grupos tem também deveres cívicos e morais para com a comunidade política, representada pelo Estado: tais deveres se exprimem em todas as justas prestações exigidas pelo Estado para a realização do bem comum, tais como: os deveres políticos, os deveres fiscais e o reconhecimento das autoridades legitimamente constituídas e conseqüente obrigação de respeito a obediência às mesmas. Não pode, porém, o Estado impor deveres que ferem direitos fundamentais da pessoa humana.

O BEM COMUM

"O bem comum compreende o conjunto das condições de vida que permitam aos homens, às famílias e às instituições conseguir... a própria perfeição" (G'S., número 74).

20. — O bem comum é o conjunto de condições concretas que permitam a todos atingir níveis de vida compatíveis com a dignidade humana. Assim, a característica essencial do bem comum é, precisamente, que seja comum a todos, sem discriminações culturais, sociais, religiosas, raciais, econômicas, políticas ou partidárias.

21. — De acordo com o princípio da subsidiariedade, compete ao estado promover os grupos intermediários e não se substituir a eles, nem limitar-lhes as iniciativas que não são contrárias ao bem comum. Sem a mediação das instituições, as pessoas ficariam facilmente expostas ao arbítrio do Estado, que, assim, ou destruiria as instituições ou as reduziria a condição de meros transmissores das exigências e da ideologia de um sistema.

A MARGINALIZAÇÃO COMO NEGAÇÃO DO BEM COMUM

"Não é lícito aumentar a riqueza dos ricos e o poder dos fortes, confirmando a miséria dos pobres e tornando maior a escravidão dos oprimidos" (Popp. Progr. número 33).

22. — A existência, em vastas regiões, do fenômeno da marginalização é prova da não realização do bem comum; entre outras causas, a marginalização tende a crescer na medida em que as grandes decisões são tomadas em função dos interesses de classes ou grupos e não em função dos interesses de todo o povo.

23. — A marginalização manifesta-se através de situações que favorecem aos beneficiários privilegiados do despojamento, da paciência e da miséria dos outros. Ser marginalizado é ser mantido fora à margem, é receber um salário injusto, é ser privado de instrução, de atendimento médico, de crédito, é passar fome, é habitar em barracos sórdidos, é ser privado da terra por estruturas agrárias inadequadas e injustas. Ser marginalizado é, sobretudo, não poder libertar-se destas situações. Ser marginalizado é não poder participar livremente do processo de criatividade que forja a cultura original de um povo. Ser marginalizado é não dispôr de representatividade eficaz, para fazer chegar aos centros decisórios as próprias necessidades e aspirações;

é ser contemplado não como sujeito de direitos, mas como objeto de favores outorgados na medida necessária à redução das reivindicações; é ser manipulado pela propaganda. Ser marginalizado é não ter possibilidade de participar. É ser privado do reconhecimento da dignidade que Deus conferiu ao homem.

24. — Correção destes males, que não são novos, é tarefa não só dos poderes públicos como de todas as instituições que possam contribuir para a educação do povo.

"Uma dupla aspiração do homem se exprime cada vez mais viva, na medida em que ele desenvolve sua informação e educação: aspiração a igualdade e aspiração a participação, duas formas de dignidade do homem e de sua liberdade" (Otc. Adv. número 24).

25. — Estimular a participação consciente e responsável no processo político, social, cultural e econômico é um dever primordial do Estado. Tal participação constitui um dos elementos essenciais do bem comum e uma das formas fundamentais da aspiração nacional a educação do povo é um pressuposto necessário para sua participação ativa e consciente na ordem política. Por sua missão divina, cabe à Igreja o direito e o dever de colaborar nas tarefas.

26. — A participação supõe e exige o direito de se reunir e de constituir associações, bem como o "de conferir e de constituir associações, a forma que a seus membros parecer mais ideônea a finalidade almejada" (P. In T., número 23), contanto que não atentem contra o bem comum.

27. — A participação política é uma das formas mais nobres do compromisso a serviço dos outros e do bem comum. Ao contrário, a falta de educação política e a despolitização de um povo, e especialmente dos jovens, pela qual fossem reduzidos à condição de simples espectadores ou de atores de uma participação meramente simbólica prepararia e consolidaria a alienação da liberdade do povo nas mãos da tecnocracia de um sistema.

28. — A participação deve ser exercida e aceita com lealdade, mesmo quando, explicitando os anseios do povo e suas necessidades prementes, desempenhe uma função crítica construtiva.

29. — A participação, embora diversificada, não pode ser discriminatória, aberta sem restrições a certos grupos e categorias sociais e limitada para outras categorias, como por exemplo às dos estudantes, intelectuais, artistas, operários, lavradores e líderes populares.

30. — A liberdade de discussão dos grandes problemas nacionais, dentro do ideal democrático, é uma forma fundamental de participação nas sociedades políticas bem ordenadas. Só esta liberdade garante o direito à oposição, a possibilidade do debate sobre as alternativas do destino de uma nação. Sem esta liberdade, o próprio direito de pensar gera suspeitas de ameaça a ordem pública, tornando-se objeto de ação repressiva. Uma censura arbitrária nesse campo não teria justificativas nas exigências do bem comum e levaria, rapidamente, a perda de credibilidade da parte do Estado como poder legal.

31. — Só um povo convocado a participar do processo de seu desenvolvimento aceita com dignidade os sacrifícios exigidos, os quais de outra forma, podem criar tensões e revoltas sociais, com agravamento do estado de violência, de repressão e de corrupção.

32. — A participação se exercita através do uso responsável da liberdade, que é um direito inalienável e um dever para todos. Este uso não se confunde com a permissividade que deve ser coibida precisamente em nome da liberdade e da ordem pública, visto que a permissividade precipita os homens e as famílias em formas degradantes de escravidão moral.

LIBERDADE E SEGURANÇA

"Trata-se de construir um mundo no qual a liberdade não seja uma palavra vã" (pop. progr. número 47).

33. — A segurança é um elemento indispensável do bem

comum, na medida em que garante externamente as justas prerrogativas da soberania nacional e a independência econômica do País contra interferências indébitas e garante internamente a tranquilidade pública, a seqüência normal da vida da nação e o gozo dos direitos fundamentais das pessoas, das famílias e das instituições.

34. — A Igreja não contesta o direito de o Estado moderno elaborar uma política de segurança nacional. Tal política não colide com o ensinamento da Igreja quando a segurança leva, de fato, à verdadeira paz, como consequência positiva da colaboração entre os homens; quando a segurança define seus objetivos através do exercício de participação nacional; quando, enfim, a segurança vem a corresponder, plenamente, aos imperativos da ordem política e da ordem moral.

35. — Ligada à realização do bem comum, a segurança é, essencialmente, um imperativo moral de sobrevivência da nação, que reclama a cooperação consciente de todos os cidadãos. Entretanto, quando, em nome deste imperativo, o Estado restringe, arbitrariamente, os direitos fundamentais da pessoa, subverte o próprio fundamento da ordem moral e jurídica.

36. — A segurança não deve ser o privilégio de sistemas, classes, e partidos; é uma responsabilidade do Estado a serviço de todos. Por isso não pode sacrificar direitos fundamentais para garantir interesses particulares.

37. — A segurança, como bem de uma nação, é incompatível com uma permanente insegurança do povo. Esta se configura em medidas arbitrárias de repressão, sem possibilidades de defesa, em internamentos compulsórios, em desaparecimentos inexplicáveis, em processos e inquéritos aviltantes, em atos de violência praticados pela valentia fácil do terrorismo clandestino e numa impunidade freqüente e quase total.

38. — A segurança, como privilégio de um sistema acabaria por constituir-se em fonte última de direito criando, alterando e derogando normas jurídicas em função dos interesses do próprio sistema. Aprofundar-se-ia, assim, um perigoso distanciamento entre o Estado e a nação, entre o Estado identificado com um sistema e a nação não participante, ou cuja participação fosse tolerada na medida em que sirva para fortalecer um sistema. Estes distanciamento está na origem de todos os regimes totalitários de direita ou de esquerda, que são sempre a negação do bem comum, e dos princípios cristãos.

39. — Por melhores e mais bem intencionadas que sejam as pessoas que participam em um governo, dificilmente poderão se libertar dos seus princípios ideológicos. Vale a advertência de Paulo VI: "O cristão aurirá nas fontes de sua fé e no ensino da Igreja os princípios e critérios oportunos, para evitar deixar-se fascinar e depois aprisionar num sistema, cujas limitações e cujo totalitarismo ele se arriscará a ver, só quando é já demasiado tarde, se não se apercebe deles nas suas raízes". (Oct. adv. nr 36).

OS REGIMES DE EXCEÇÃO

"Da ordem jurídica desejada por Deus deriva o direito inalienável do homem a uma segurança jurídica protegida contra toda intrusão arbitrária". (Pio XII, Natal, 1942).

40. — Toda sociedade política atravessa momentos de crise, que podem ameaçá-la de desintegração. A superação de tais momentos exige, por vezes, regimes de exceção, que reconstituam as condições normais de funcionamento de toda a sociedade. A lógica mesma destas condições exige que a exceção não se torne regra permanente e ilimitada.

41. — Quando se inspiram numa visão de ordem social concebida como vitória constante sobre a subversão ou uma incessante revolução interna, tais regimes de exceção tendem a prolongar-se indefinidamente. Perde-se assim de vista que, o desenvolvimento integral é que fornece os meios de proteção indispensáveis contra os riscos que ameaçam a ordem pública.

O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO

"O desenvolvimento não se reduz a um simples cresci-

mento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral" (Pop. progr. nr 14).

42. — A resposta ao desafio do desenvolvimento resume as exigências concretas do bem comum, para os países subdesenvolvidos. Tal resposta implica obviamente num processo de mudança. Este processo, no entanto, está sujeito a imperativos éticos que subordinam o desenvolvimento ao objetivo fundamental do ser mais do homem e de todos os homens.

43. — O desenvolvimento que responde às exigências do bem comum é o desenvolvimento integral, não apenas econômico, mas social, cultural e religioso. A experiência demonstra que o desenvolvimento econômico não se traduz necessariamente em desenvolvimento social. O crescimento econômico a qualquer preço determina a concentração da renda em áreas geográficas limitadas e em estratos restritos da população, gerando assim, dentro da mesma nação, contrastes de riqueza e de miséria que são por si próprios uma afronta à justiça e à equidade.

44. — A promoção do desenvolvimento constitui um imperativo moral que obriga a todos da mesma forma que as exigências do bem comum. Ninguém pode furtar-se a essa obrigação.

45. — O desafio do desenvolvimento impõe sacrifícios que, salvo em casos excepcionais, não são assumidos espontaneamente pela nação. Nestas condições um regime autoritário, que defere ao poder executivo maior iniciativa e rapidez de decisão, pode atender melhor às urgências do bem comum. Para que tal regime porém não sucumba ao risco de evoluir para regime totalitário, é indispensável que se preservem e respeitem a liberdade e a dignidade dos outros poderes, do legislativo e do judiciário, ao desempenho de suas funções constitucionais.

46. — Todo desenvolvimento tem um preço social mas é uma exigência ética indeclinável que esse preço seja justo, seja equitativamente distribuído e socialmente destinado. Tal preço não é justo quando não há equivalência entre o valor da prestação de cada um no esforço comum e o valor de sua participação na riqueza criada, não é equitativamente distribuído, quando recai mais pesadamente e sem razão que o justifique sobre uma parte da nação mais que sobre a outra. Não é socialmente destinado, quando, sem se traduzir em vantagens proporcionais para promover as condições de vida do povo, dá ensejo à formação de classes privilegiadas.

47. — O desenvolvimento integral, que responde às exigências do bem comum, não se mede apenas pelo crescimento quantitativo, de valores mensuráveis; ele se mede também e principalmente por valores qualitativos não contábeis. Um povo se desenvolve quando cresce em liberdade e em participação, quando tem seus direitos respeitados ou ao menos dispõe de recursos."

PORTARIA NÚMERO 71/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o número 1110, de 4 de março de 1977, dêste Poder,

RESOLVE: designar, ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, até 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de março de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 72/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

autorizar, os funcionários adidos abaixo relacionados, na conformidade do disposto no Artigo 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, no período de primeiro a 31 de março de 1977:

ANGILINA MARIA DO PILAR SOTTO MAIOR CAMARA
GIL CESAR DANTAS BRUEL

JOSÉ ANGELI

JOSÉ MARIA HEOFACKER

ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de março de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 73/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

autorizar, os funcionários adidos abaixo relacionados, na conformidade do disposto no Artigo 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a dezesseis, sessenta e sete por cento, de seus vencimentos, no período de primeiro a 31 de março de 1977:

IVO MACHADO

SEBASTIÃO JOSÉ DE FARIA

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de março de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 74/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

revigorar, a Portaria 18/77, de 20 de janeiro de 1977, que autoriza diversos adidos a este Poder, a prestarem serviços extraordinários, percebendo a gratificação de cinquenta por cento, de seus vencimentos, até 31 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de março de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 75/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

autorizar a funcionária JULCIMARA RIBEIRO DA COSTA, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Artigo 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, no período compreendido entre primeiro a 31 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de março de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 77/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

autorizar os funcionários abaixo relacionados, a prestarem serviços extraordinários num total de oitenta (80) horas, no período de primeiro a 31 de março de 1977

ALZIRO SANTIN

DIRCEU DA SILVA

ELI MOCELIN CECCON

HAMILTON GUERREIRO CARNEIRO

RENATO MARIO MIGUEL

WILFRIED KOESTER

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de março de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 78/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

autorizar o funcionário contratado ALCIONE GUILHERME CORDEIRO WEISS, a prestar serviços extraordinários num total de oitenta (80) horas, no período de primeiro a 31 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de março de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral